

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

Rebeldes Invisíveis

Percepções do imaginário de jovens
brasilienses relacionado à política

Autora: Renata Florentino de Faria Santos

Brasília – dezembro - 2006

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

Rebeldes Invisíveis

Percepções do imaginário de jovens
brasilienses relacionado à política

Autora: Renata Florentino de Faria Santos

Monografia de graduação apresentada ao
Departamento de Sociologia da Universidade de
Brasília/UnB como parte dos requisitos para a
obtenção do título de Bacharel em Sociologia.

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

Monografia de Graduação

Rebeldes Invisíveis

Percepções do imaginário de jovens
brasilienses relacionado à política

Autora: Renata Florentino de Faria Santos

Orientadora: Prof. Dra. Mariza Veloso Motta Santos

Banca:	Profa. Dr ^a Maria Francisca Pinheiro Coelho	(SOL/UnB)
	Profa. Dr ^a Mariza Veloso Motta Santos	(SOL/UnB)
	Prof. Dr. Brasilmar Ferreira Nunes	(SOL/UnB)
	(suplente)	

Agradecimentos

Aos Professores:

Arthur Trindade Maranhão Costa, coordenador da graduação, por ter ultrapassado as formalidades burocráticas quando necessário,

Brasilmar Ferreira Nunes, por estimular minha primeira apresentação sobre juventude na universidade, além de fornecer dados para este trabalho,

Kelly Cristiane, que me mostrou um outro olhar sobre a Antropologia,

Luís Augusto Cavalcante Sarmento Gusmão, por convencer tão fortemente que as teorias sociais às vezes são menores que os fatos que tentam explicar,

Luis Felipe Miguel, além de me proporcionar fazer as pazes com a parte da Ciência Política que vale a pena, foi um apoio decisivo para que essa monografia fosse escrita, fornecendo textos e compartilhando idéias,

Maria Francisca Pinheiro Coelho, por ter sido uma grande apoiadora desde meu primeiro semestre nesta Universidade, com sua energia inesgotável,

Mariza Veloso Motta Santos, orientadora, que deu a autonomia necessária para a emergência de idéias próprias,

Sadi Dal Rosso, que com sua serenidade deu tempo ao tempo necessário para um projeto de monografia se firmar, valorizando sempre os estudos que tivessem campo, contemplando o mundo no qual a Sociologia se insere.

Ao Grupo Interagir, por ser uma comunidade de aprendizagem na excelência do termo, proporcionando reflexões sobre erros e acertos,

A Helena Abramo e Lívia de Tommasi, pelos ensinamentos que vieram por fora dos meios acadêmicos,

A Patrícia Lânes e Ozanira da Costa, pelo fornecimento dos dados da pesquisa “Juventude Brasileira e Democracia” do IBASE/PÓLIS,

A minha família, pais e avós, que me apoiou nos períodos dedicados somente ao estudo (espero agradecer ao CNPQ ou à CAPES nesta linha da minha dissertação de mestrado),

Ao dedicados amigos que leram trechos desta monografia antes de sua versão final: Danusa Marques, Eduardo Di Deus, Elisandro Rodrigues, Felipe Rabello, Illimani Ossami de Moura, Mariana Cruz, Mateus Fernandes e Nathália Campos.

Dedicatória

*A todos
que teimam
em contrariar
a normose.*

Resumo

Este trabalho busca mostrar a relação da juventude brasiliense com a política institucional, revelando o que está por trás da rejeição aos políticos profissionais e às instituições que ocupam. Em vez de estereotipar a postura crítica destes e destas jovens, sem antes analisar serenamente o contexto em que essa crítica surge, procurou-se mostrar o lugar de fala, a arena política em que surge essa crítica. Nessa arena, encontra-se uma democracia institucionalizada, com eleições estáveis, mas que não corresponde às expectativas que foram geradas com a sua implementação, junto com uma população bem informada e impactada por ações governamentais ou a ausência destas. Sem louvores ou reprovações, há que se perguntar se esta descrença da política institucional revela apenas uma desconexão de mundos ou a abertura de espaço para o surgimento de novas formas de organização política.

Palavras-chave: Brasília, juventude, alistamento eleitoral, participação política

Abstract

This study tries to show the relation between Brasilia youth and institutional politics. We explicit what is hide through the rejection to professional politicians and to the institutions they control. Instead of stereotype the critical behavior of youth, we first analyze the context where this refusal takes place. Here, we find an established democracy, with stable elections, but not corresponding to the expectations created during its implementation, added to a population that is well informed about politics and impacted by governmental actions, or the lack of them. Without congratulating or disapproving youth, it is necessary to question if this lack of trust on institutional politics shows just worlds that are disconnected or the social opening to the emergence of new forms of political organization.

Key words: Brasília, youth, voter registration, political participation

Índice de Tabelas

1.1 Taxa de escolarização por grupos de idade 2004-2005: DF e BRASIL	p.26
1.2 Taxa de escolarização por grupos de idade 2005: UFs e BRASIL	p.27
1.3 Pessoas alfabetizadas em relação ao total da população por idade: DF	p.28
1.4 Pessoas alfabetizadas em relação ao total da população por idade: BRASIL	p.28
1.5 Ranking: crescimento do número de eleitores entre 16 e 17 anos 2002 – 2006	p.31
2.1 Classe dos(as) jovens pesquisados(as) no DF (em %)	p.36
2.2 Identificação racial dos(as) jovens pesquisados(as) no DF (em %)	p.36
2.3 O que preocupa s(as) jovens no Brasil segundo temas e ordem de incidência por RM	p.41

Conteúdo

1 – Introdução	1
<i>O futuro da nação</i>	2
2 – Referencial Teórico	5
<i>Imaginário</i>	5
<i>Juventude</i>	8
<i>Ação política</i>	11
3 – Lugar de fala	15
<i>A Cidade-capital</i>	15
<i>A juventude candanga</i>	19
<i>Geração democrata</i>	23
<i>Alistamento eleitoral</i>	25
<i>Partidos Políticos</i>	28
4. Metodologia e Falas	39
<i>O contra exemplo</i>	42
5. Considerações Finais	46
6. Bibliografia:	49

brasília nasceu
de um gesto primário
dois eixos se cruzando,
o próprio sinal da cruz
como quem pede bênção
ou perdão

nicolas behr

1 – Introdução

Este estudo pretende analisar aspectos do imaginário social relacionado à política presente na juventude brasileira, por esta ser a primeira geração nascida e criada após a redemocratização, num espaço simbólico que é Brasília, capital da República¹. Essa temática suscitou especial interesse pela imagem que foi construída de uma juventude alienada, despolitizada e desinteressada, reproduzido tanto pela mídia como por textos acadêmicos, e, no caso de Brasília, ainda mais reforçada com o estigma criado após o caso de violência contra o índio Galdino, em 1997. Nesta reflexão, propõe-se um confronto entre o conhecimento empírico e esse tipo de formulação calcada em pensamentos morais ao analisar a adesão de determinados grupos sociais ao sistema político vigente.

Especialmente no campo da Ciência Política, há uma tradição de pensamento que tende a valorizar a relação de determinados grupos sociais com a política institucional, valorizando positivamente o perfil urbanizado de camadas médias, de alta escolaridade e com fácil acesso a informações, enquanto grupos sociais de perfil menos elitizado frequentemente são classificados como massa de manobra, mais suscetíveis a manipulações por parte dos políticos, menos condizentes com uma moderna democracia (Lipset, 1987). O perfil de cidadãos “esclarecidos” chega quase a ser explicitamente recomendado e desejado pela literatura, como o que mais se adequaria ao sistema político contemporâneo, visto que há convicção da relação positiva (e forte) entre escolaridade → informação → interesse → participação. A rejeição às instituições políticas teria origem, supostamente, nos grupos sociais de perfil menos esclarecido, que não compreendem seu funcionamento e importância (Downs, 1957).

No caso brasileiro, a relação estaria incompleta, faltaria ainda um passo a ser dado. A relação escolaridade → informação → interesse → participação não existiria plenamente, parando ainda no acesso a informações, sem que isso despertasse o interesse e a motivação necessária para participar. Entretanto, no decorrer dos últimos anos, uma série de dados apontava para um outro caminho, especialmente, mas não só dentro da juventude brasileira. Além da alta escolaridade e do fácil acesso a informações, que seriam um contra-argumento à “alienação”, vários outros indícios apontavam não para um afastamento

¹ Parte deste trabalho já foi apresentada como comunicação oral no II Simpósio Internacional da Juventude Brasileira, realizado em Porto Alegre, novembro de 2006. Agradeço os comentários dos participantes do GT “Políticas Públicas”, que foram incorporados na análise aqui feita.

alienado, mas para uma rejeição ciente da política institucional e da classe dos políticos profissionais, mas não da política em si. Entre esses dados, ressaltam-se as pesquisas “Perfil da Juventude Brasileira”, realizada em 2004 pelo Instituto Cidadania, e a pesquisa “Juventudes Brasileira e democracia”, realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais – IBASE e Instituto Pólis em 2005, que mais tarde vieram a ser corroborados pelo levantamento do Tribunal Superior Eleitoral sobre o alistamento eleitoral facultativo de jovens de 16 e 17 anos.

Enquanto essas pesquisas apontam o descrédito da política e dos políticos, procuro mostrar que, entre esses jovens, há uma visão crítica sobre os limites da política institucional. Esse encontro de opiniões refuta a tese de que a não-ação política é simplesmente resultado direto da alienação. A não-ação pode revelar também uma crítica, ainda que elaborada apenas no nível do imaginário, que pode tanto atrair o jovem para a política, para transformá-la, como pode afastá-lo, sem por isso desvalorizar suas percepções críticas relacionadas à política. A crítica pode estar tanto presente na ação política engajada, como na ausência dela, sem que se deva afirmar a priori que uma postura é valorativamente superior à outra.

O futuro da nação

Seriam os jovens a vanguarda que transformará o país? A geração que recebe e trata de transmitir a herança cultural recebida já pronta da sociedade? Essas visões, que no fundo, vêm de correntes ideológicas distintas, se encontram no momento em que colocam uma carga, uma expectativa, enunciam um papel social a ser cumprido pelas novas gerações. Com essas expectativas, constroem-se ideais e modelos de juventude. Entretanto, qual é a inserção real de jovens nas sociedades contemporâneas? O que pensam e o que esperam? Dados da pesquisa “Juventude Brasileira e Democracia”, do IBASE/PÓLIS, e informações do alistamento eleitoral entre jovens² (16 e 17 anos), do TSE, apontam uma rejeição quanto a assuntos ligados à política institucional significativamente acima da média nacional para o Distrito Federal.

² Além da rejeição à política institucional, há que se registrar que o DF só realiza eleições a cada quatro anos, pois não temos eleições municipais, ou seja, o ato de tirar o título pode ser mais facilmente esquecido, já que as eleições não se fazem presente em boa parte do nosso calendário.

É comum, na literatura política, atribuir a falta de interesse pela política institucional a questões ligadas à alienação e desinformação: como um cidadão não consegue constituir determinado diálogo com o mundo, torna-se, portanto, incapaz de entendê-lo em profundidade. Essa abordagem é ainda mais forte quando se trata do engajamento político das gerações jovens atuais, comparado a passadas (mito áureo de 68), como percebido por Irene Cardoso: “A identificação das gerações posteriores com o mito da geração dos anos de 1960 (...) indica um aprisionamento das gerações mais jovens pela imagem de uma identidade heróica da geração anterior” (Cardoso, 2005, p.103).

Além da alienação, vários fatores podem levar a uma rejeição da política. Pretende-se aqui mostrar quais podem ser esses alguns desses fatores e contribuir para repensar do mito de massa homogeneamente alienada e manipulada, explicitando que existe também a rejeição crítica da política, solidamente elaborada no nível do imaginário social da juventude. O contraste entre uma juventude idealista e uma carente de ideais e causas, uma engajada e outra apática será evitado. Dessa maneira, pode-se buscar mais livremente o objeto deste texto, a juventude brasiliense e seu imaginário social ligado à política. O caso brasiliense parece ser a explicitação extremada do fenômeno constatado em outras pesquisas sobre a relação da juventude com a política institucional (Müxel, 1997). Os dados de pesquisas recentes sugerem que “não são os jovens que desconhecem a relevância da política, mas antes a forma predominante de se fazer política no país não os reconhece como interlocutores, gerando em muitos deles indiferença ou aversão” (Abramo, 2000).

É interessante perceber como se dá essa visão da política institucional na geração jovem atual, por ser precisamente a primeira geração cuja existência ocorreu no período de construção da democracia, sistema político considerado modelo para o amplo acesso a informações e participação política. Cabe então perceber as novas formas e temas pelos quais os jovens se mobilizam na esfera pública, que também podem apontar para o quadro de crise das formas tradicionais de participação e socialização política de modo geral. Assim, busco perceber o que é externalizado pelos jovens brasilienses em relação à política institucional, e, principalmente, como essa mensagem é externalizada, que muito revela dos jovens, de seu imaginário e, muitas vezes, da própria política.

ilha da fantasia?

não!

arquipélago da imaginação!

nicolas behr

2 – Referencial Teórico

Há duas elaborações conceituais que são a base rígida deste trabalho, imaginário e juventude, e uma área conexas de palavras que transmitem interpretações que vão dando a maleabilidade necessária para perceber o fenômeno estudado. Dentre essas palavras, todas cheias de valorações, estão: alienação, apatia, ação política e participação.

Imaginário

Esta categoria de análise é muito mais presente em estudos psicanalíticos e historiográficos que antropológicos ou sociológicos, sendo apropriada e conceituada de diferentes maneiras em cada uma destas áreas. Sua versão mais utilizada e reconhecida é a do psicanalista francês estruturalista Jacques Lacan, em sua abordagem do real, simbólico e imaginário. Dentro de sua teoria psicanalítica, o imaginário seria um dos três domínios, categorias ou dimensões da formação psíquica, que estariam unidos por um nó borromeano: um item desfeito e todos se desfazem. Enquanto o “imaginário” refere-se ao conjunto de imagens pré-verbais (espaciais e visuais) que intervém na constituição do sujeito, o “simbólico” designa o domínio da linguagem nesse processo, e o “real” é constituído por aquilo que é impossível de ser representado por palavras ou imagens (Miller, 1987).

O imaginário seria um campo de constituição do “eu”, espaço de emergência para a subjetividade individual. Há uma defesa de Lacan acerca do imaginário, tratando-o como uma ilusão que deve ser valorizada na análise psicanalítica dos pacientes, como algo que está “além do princípio da realidade”, mas que informa sobre o comportamento humano³ vivido socialmente.

Tratando das capacidades de imaginação, o filósofo Bachelard ressalta que a imaginação não é só a habilidade de formar imagens, mas também a capacidade de deformar as imagens fornecidas pela percepção é, sobretudo, a faculdade de libertar-nos das imagens primeiras, de mudar as imagens. O imaginário, em certa medida, é um instrumento de idealização dos desejos utópicos (Bachelard, 1990). Diferentemente de Lacan, Bachelard trataria o imaginário como algo separado da realidade concreta, quase que como um

³ Psicanalistas lacanianos citam hoje a compreensão do autismo como caso em que a consideração deste imaginário faz-se necessária para compreensão do fenômeno.

sinônimo de fantasia, mito e ilusão, e apenas sob a forma de imagem enquanto figura e ilustração.

Na obra de Durand (1997), “as estruturas antropológicas do imaginário”, o imaginário tem sua relação expandida para campos da história, mitologia, etnologia, lingüística e literatura, sendo tratado no âmbito da semiologia. É enunciado que o imaginário é constituído de um “conjunto de imagens e relações de imagens que constitui o capital pensado do “homo-sapiens”, sendo feita, portanto, uma valorização desta categoria.

Entretanto, tanto na abordagem de Durand como na de Lacan, é reservada apenas uma dimensão individual para o imaginário, sem o relacionar com a esfera coletiva de formação de memórias e associações, carência que inviabilizaria outras apropriações desta categoria de análise.

Trabalhando com memórias coletivas e construção de narrativas, a história recorre à concepção de imaginário de Cornelius Castoriadis, expressa em sua obra “a instituição imaginária da sociedade” (1986). Com essa conceituação, pode-se visualizar que a elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. O imaginário é encarado como modalidade de conhecimento prático orientado para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que se vive. É, conseqüentemente, forma de conhecimento que se manifesta como elemento cognitivo — imagens, conceitos, categorias, teorias —, mas que não se reduz a estes componentes. Sendo socialmente elaborado e compartilhado, contribui para a construção de uma realidade comum, que possibilita a comunicação e entendimento coletivo do mundo.

Deste modo, o imaginário é, essencialmente, um fenômeno social que, mesmo acessado a partir do seu conteúdo cognitivo, tem de ser entendido a partir do seu contexto de produção. Ou seja, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam. Diz José Murilo de Carvalho, historiador que trabalha com o conceito de imaginário de Castoriadis:

“é por meio do imaginário que se pode atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias” (Carvalho, 1990, p.10).

O imaginário social seria, assim, o conjunto cumulativo das produções culturais que circulam numa determinada sociedade sob formas as mais variadas: iconografia, literatura, canções, provérbios, mitos (Mello, 1997). Estas produções são filtradas pelas representações hegemônicas constitutivas de uma visão de mundo, de uma determinada época histórica. São, ainda, reinterpretadas pelo grupo, ou, mais especificamente, pelo habitus, entendido conforme definido por Bourdieu, como disposições adquiridas em função de se pertencer a determinados grupos sociais. Esta será a conceituação adotada no trabalho, pois percebe sua dimensão coletiva de produção e criação, além de tratá-lo como elemento não-ilusório ou fantasioso, mas sim como algo que se alimenta da realidade e esta pode influenciar por meio das ações dos agentes que compartilham de determinado imaginário.

Juventude

“A juventude não é progressista nem conservadora por índole, porém, é uma *potencialidade* pronta para qualquer nova oportunidade⁴” (Mannheim, 1968, p.73)

Esse trecho da obra de Karl Mannheim, retirado de um texto seu da década de 1920, aponta um enfoque metodológico essencial para se trabalhar a categoria da juventude: com base nele, pode-se evitar o lugar comum de se analisar jovens e movimentos juvenis tendo como ponto de referência básico o modelo de ativismo e participação que marcou a geração de 68. Com ele, torna-se possível se permitir perceber motivações outras para a atuação política, e, principalmente, formas outras de atuação.

Antes, entretanto, da sociologia da juventude iniciada por Mannheim ganhar campo, há que se registrar os estudos sobre delinquência juvenil realizados pela escola de Chicago, onde a intensidade e frequência dos desvios de conduta indicavam o grau de relevância acadêmico de seus estudos, sob uma perspectiva de forte influência funcionalista – abordando a função ou disfunção da juventude enquanto elemento de integração social. Aquilo que foi tido inicialmente como “anormalidade” ou disfunção, entretanto, em breve receberia um reconhecimento de maior status – assim que a rebeldia mais visível deixasse de ser a delinquência dos jovens das camadas populares e se tornasse o radicalismo dos filhos das classes médias (Groppo, 2006)⁵.

Dentro da abordagem política, os ângulos pelos quais a juventude é colocada em análise geralmente focam na sua dimensão de agente transformador e propositor de transformações, como sujeito capaz de introduzir mudanças reais na sociedade (Foracchi, 1965; 1972). Nessa abordagem, os jovens são vistos como a possibilidade de renovação moral das sociedades. No Brasil, os discursos de políticos populistas sobre os jovens e estudantes, desde os anos 1930⁶, reproduziam e estimulavam o mito da juventude

⁴ Grifo da autora.

⁵ Essa mudança de enfoque, a meu ver, é fundamentalmente reflexo de mudança do grupo estudado, pois são grupos de jovens de diferentes substratos sociais analisados em cada escola. Além da diferenciação metodológica e interpretativa dos pesquisadores, esses estudos se diferem, sobretudo, em função de uma questão de classe social dos jovens pesquisados.

⁶ A criação da UNE (União Nacional dos Estudantes) em 1937, inicialmente estimulada pelo governo Getúlio Vargas, talvez seja um dos casos mais claros, além de própria propaganda da entidade enquanto protagonista

progressista, que encontrava eco mesmo no discurso de líderes estudantis, que se acreditavam incumbidos de uma “missão” salvacionista.

Um ponto importante, que se faz presente nesse debate, é o enfoque geracional desses estudos. Há a disputa por duas visões. Uma, geralmente mais tradicional, da juventude como responsável pela reprodução da herança cultural de uma sociedade, e aí a preocupação com suas posturas de cunho político, para que ocorram dentro de um padrão esperado. Outra, a visão de que a juventude é obrigatoriamente a energia revitalizante de uma sociedade, ou seja, tem a responsabilidade não de reproduzir, mas de questionar e transformar algumas condições sociais de seu grupo⁷. Há elaborações com tons quase de convocatória direcionadas aos jovens e a quem tem acesso a seus grupos, solicitando que este “recurso” social não seja desperdiçado (Melucci, 1997).

Nas duas visões, é esperado um papel da juventude, são criadas expectativas sobre suas ações, sem que, antes, haja espaço para que esse grupo possa se colocar em posição de sujeito de seus anseios e, conseqüentemente, suas ações.

Nesse trabalho, há uma preocupação de tentar ao menos captar quais seriam esses anseios. Como constatou Helena Abramo em seu trabalho:

“... Se produziu uma espécie de “fixação” do modelo ideal do comportamento juvenil nos movimentos da década de 60. (...) É a partir dessa ótica que a geração jovem mais recente aparece principalmente marcada pela negatividade, pela ausência da capacidade da reflexão crítica da ordem social, pela passividade em relação aos valores e práticas sociais inscritas nas tendências sociais da época; essas ausências revelariam um desvio, uma traição da própria essência da condição juvenil” (Abramo, 1994, p. Xiii).

Outra ocorrência de “juventricismo” ocorre em estudos mais recentes, de inspiração pós-moderna, ao tratar da boemia juvenil, da transgressão elitizada, de “estilos de vida” associados à juventude, que ganharam o tratamento de “culturas juvenis”. Ao tentar responder à demanda desse segmento por uma maior inserção social, tentou-se superar a idéia de que a juventude seria apenas uma etapa de socialização e preparação para a vida adulta, constituindo um momento em si, sem precisar estar sempre relacionado ao momento da maturidade. Por mais que responda a uma demanda efetiva de reconhecimento

de campanhas como “O Petróleo é Nosso” e a “Campanha em Defesa do Patrimônio Territorial e Econômico”, por exemplo.

⁷ Um dos textos mais conhecidos desta linha é o “Jovem Radical” de Octavio Ianni (1969).

de grupos juvenis, essa abordagem ainda guarda elementos de um olhar externo, um olhar adulto sobre seu objeto de pesquisa. Há que se perguntar sobre a não existência de uma categoria de análise da “cultura adulta”, ou “cultura idosa”, por exemplo (Müller, 2002; 2004). A diversidade de estilos de vida experimentados pelas gerações jovens de hoje é muito mais reflexo de uma sociedade que guarda em si diversos estilos múltiplos de existência social do que algo diretamente relacionado à idade das pessoas, ocasionado por algum determinismo etário.

Entretanto, essa explicação de uma “modernidade reflexiva” é muito mais recorrente em estudos sobre sociedades em geral que sobre as ditas “culturas juvenis”, que se tornam um segmento exótico para observação de adultos. A contribuição desta abordagem é evitar a homogeneização ao se analisar os segmentos juvenis, para não se cair na construção de um “tipo ideal” jamais encontrado na realidade.

A condição juvenil é e era, ao longo da “modernidade” e contemporaneidade, uma condição polêmica e por vezes indefinida, fruto da contradição posta e repostada entre instituições sociais e possibilidades de autonomia dos jovens⁸. Esta concepção contraditória da condição juvenil na verdade pode ajudar a compreender as nuances das continuidades e descontinuidades entre as rebeldias juvenis do século XX e as do início do século XXI.

⁸ Há uma parte da polêmica que não será tratada aqui, sobre a diferenciação entre adolescência e juventude. Para consultas sobre essa divisão, ver: Helena Abramo e Oscar Dávila Leon. Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa. 2005.

Ação política

Intencionalmente, este trecho se intitula “ação política”, embora trate mais especificamente da literatura sobre “alienação” e “apatia”. Essa denominação ocorre em razão da adoção da abordagem weberiana sobre a ação, que considera que a não-ação é também considerada uma ação social, na medida em que lhe é atribuído um sentido, uma razão para sua ocorrência. Partiremos deste pressuposto, considerando a rejeição à política como uma opinião, na medida em que é uma ação escolhida entre outras⁹. Assume mais a condição de “alheamento” do que de “alienação”.

O termo “alienação” é empregado em variados contextos, sendo corrente no discurso jurídico (a alienação é a transferência de um bem ou de um direito) e no discurso psiquiátrico (a alienação é a perda de capacidades mentais). Para a sociologia, a alienação remete à tradição marxista, por sua vez inspirada em Hegel e, antes dele, em Rousseau.

Há um amplo debate sobre o conceito de alienação e sua importância no conjunto dos escritos de Marx. Para Louis Althusser, por exemplo, trata-se de um tema de juventude, abandonado na obra madura de Marx, quando já fora enterrado “o mito filosófico (teórico) do homem” (Althusser, 1965, p. 203), o que ecoa na obra de Lucien Sève (1974), mas é negado por autores como István Mészáros, André Gorz ou Erich Fromm. Independentemente desta polêmica, “alienação” aparece como um dos conceitos centrais do marxismo ao longo do século XX.

Na obra de Marx, a alienação se refere ao fato de que os seres humanos deixam de ser sujeitos para se tornarem objetos dos processos sociais. Embora a religião seja o protótipo deste processo (o homem se coloca na posição de criatura de um deus), é a alienação no trabalho que retém a atenção de Marx. O trabalhador explorado não encontra sentido no processo do trabalho – a rigor, tanto para o assalariado quanto para seu patrão, o alvo da atividade não é o bem a ser produzido, mas algo que se encontra fora dele (o salário ou o lucro). Também não reconhece o produto de seu trabalho como materialização de sua humanidade, dados o parcelamento das tarefas (na linha de montagem) e a ausência de controle sobre a produção. Em suma, “o trabalhador só se percebe fora de seu trabalho, e em seu trabalho ele se percebe fora de si” (Marx, apud Wolff, 1968, p. 172).

⁹ Embora polêmico, o exemplo mais comum deste enfoque em estudos eleitorais é o voto nulo.

Uma síntese mais ampla, que transcende o universo da produção, é encontrada em Erich Fromm:

“a alienação (ou “alheamento”) significa, para Marx, que o homem não se vivencia como agente ativo de seu controle sobre o mundo, mas que o mundo (a natureza, os outros e ele mesmo) permanecem alheios ou estranhos a ele. Eles ficam acima e contra ele como objetos, malgrado possam ser objetos por ele mesmo criados. Alienar-se é, em última análise, vivenciar o mundo e a si mesmo passivamente, receptivamente, como o sujeito separado do objeto” (Fromm, 1961, p.51).

Em outras palavras, “a alienação significa a incapacidade de conectar, ao nível cognitivo, a atividade individual com a produção da realidade social e econômica” (Miguel, 1999, p. 179). A partir daí, torna-se possível identificar uma alienação especificamente política, traduzida pelo desconhecimento e pela não-participação nas atividades políticas. O mundo da política se apresenta como afastado, inatingível; as regras sociais aparecem como algo externo, que se impõem às pessoas, não como o fruto da interação de mulheres e homens na sociedade.

Assim, a alienação política - aquilo a que se refere, em geral, o uso cotidiano da palavra - se aproxima da temática da “apatia”. Antes de condenar os “alienados” ou “apáticos”, com base num modelo normativo de “bom cidadão”, como muitas vezes ocorre, convém observar que existem razões empíricas que motivam este comportamento, uma vez que as estruturas do campo político são efetivamente excludentes e a maior parte das iniciativas de intervenção se mostram, de fato, fadadas ao fracasso. Estas seriam possíveis causas da apatia política: a alienação, o sentimento de impotência, o boicote ao sistema político e até mesmo a satisfação com este (Huntington, 1975). Pode-se dizer que, na verdade, algumas das motivações para a apatia política são também as motivações do ativismo político (Ramos, 2001), à exceção do sentimento de impotência.

Para que se cobre certa atuação política, há que se perguntar qual é a real abertura a mudanças sociais provocadas por grupos subalternos nos sistemas políticos vigentes, visto que até mesmo as preferências eleitorais - arena de participação tida como principal nas democracias liberais - não vêm se traduzindo em mudanças políticas desejadas. Sartori (1994) afirma que pessoas não estão envolvidas por não terem a competência ou o interesse suficiente para manifestar escolhas. Mesmo que se concordasse com os pressupostos de sua

análise, valeria questionar: o que ocorre com as pessoas que possuem a competência e o interesse para se envolverem em questões políticas?

Um ponto importante, é que para responder a esta indagação não basta focalizar no campo dos políticos profissionais, que seriam um exemplo bem sucedido para Sartori. Numa democracia concorrencial, com espaços institucionais limitados de ação política, há filtros que existem justamente para inibir a concorrência, e assegurar que determinados grupos participem mais que outros. De maneira mais clara: aqueles que não têm condições de se inserir no campo político institucional encontram-se em desvantagem para fazer com que suas posições tenham impacto na ação governamental.

os três poderes são um só

o deles

Nicolas Behr

3 – LUGAR DE FALA

A CIDADE-CAPITAL

Ao falar de qualquer aspecto da cidade de Brasília e sua região metropolitana, há que se tratar do discurso inaugural que construiu este espaço urbano, que esteve intensamente presente na agenda política do país de 1956¹⁰ até os primeiros anos após a inauguração da cidade. Esta necessidade se coloca tanto pelo fato de Brasília ser efetivamente um marco do urbanismo das cidades planejadas, como pelo fato de que aqui, não só o espaço urbano, mas, fundamentalmente, o político, influenciou na constituição da cidade e de sua ocupação. A política é a razão de sua existência, o que impacta a cidade tanto positivamente como negativamente.

O discurso de defesa da criação da cidade, dentro de um projeto desenvolvimentista que prometia refundar o país a partir de uma nova capital, revelou-se de certa maneira artificial. Mitos propagandeados de que a partir desta nova cidade haveria uma outra forma de fazer política sendo instituída logo foram dando espaço a enormes estímulos e benefícios para que os então deputados e funcionários públicos aceitassem sair do Rio de Janeiro (no seu auge de “cidade maravilhosa”) e se mudassem para um canteiro de obras no meio do Cerrado. E mesmo com estas concessões, a resistência foi tanta que até hoje algumas repartições estatais permanecem com sede no Rio (ou então contam com sedes duplas), a exemplo da Petrobrás, BNDES, Furnas, IBGE, IPEA, DNER e Casa da Moeda.

Sendo uma criação artificial, e não espontânea – caso de surgimento da maioria dos aglomerados urbanos no mundo – e tendo um discurso de criação que dava à cidade uma “missão” dentro de um projeto nacional, a cidade despertou em torno de si grandes expectativas, em grande parte frustradas pela instauração do regime militar três anos depois de sua inauguração. Prometida como uma etapa de um projeto de desenvolvimento, a cidade começou sua história condenada a ser não apenas um escritório matriz do Estado, mas a ser uma sede do poder que se distanciava intencionalmente do povo brasileiro. O período em que a cidade começou a ser planejada, construída e habitada, merece especial

¹⁰ Ano em que a Cidade Livre começou a surgir. Fonte: Atlas Histórico e Geográfico do Distrito Federal. Fundação Educacional do Distrito Federal/Governo do Distrito Federal. 1997.

atenção. Pensada entre a ditadura de Vargas (1937-1945) e o Regime Militar (1964-1985), a cidade é um registro material de uma época de ideais, que, mesmo que incompletamente, foram concretizados. Há quem que diga que, com todas as imperfeições que traz a realidade empírica, morar em Brasília é um privilégio, pois não se mora numa cidade, se mora numa idéia¹¹, num registro da imaginação que teve espaço num breve período democrático.

Embora Brasília tenha cumprido importante papel, implementado com razoável êxito pelos militares, de contribuir para a integração regional do país dentro de seu interior – facilitado pela expansão da fronteira agrícola – a integração política da cidade com o país e com sua população teve seu início adiado para mais de 20 anos depois de sua inauguração.

Em relação à integração regional, Brasília se firmou como pólo atrativo de imigrantes, vindo tanto dos estados limítrofes (Goiás, Minas Gerais, Tocantins, Bahia e Piauí), como de outros estados do Nordeste. A primeira leva de imigrantes recebidos pelo planalto central foi constituída por aqueles que vieram depois a ser chamados de “pioneiros” ou “candangos”, os desbravadores iniciais deste campo, que foram se instalando na cidade e forçando o projeto urbano inicial a contemplar as chamadas cidades-satélites. A permanente tensão entre a área planejada (e tombada como patrimônio histórico cultural pela UNESCO desde 1987) e as áreas que foram sendo habitadas antes e depois da inauguração do centro urbano se torna ainda mais delicada devido ao estatuto constitucional desta Unidade Federativa, pois há impedimentos expressos sobre o reconhecimento destas cidades satélites enquanto municípios de fato. Seus administradores são nomeados pelo governador do DF e grande parte dos equipamentos públicos (bibliotecas e hospitais, por exemplo) ainda se concentra no Plano Piloto, sem falar nos postos de trabalho do mercado formal.

“os jovens nascidos ou criados na periferia – antes de tudo, devido à brutal e perversa diferença de renda – também polemizam sobre o significado da cidade, comparam-se aos do Plano Piloto e sentem-se discriminados por várias razões: pelo fato de morarem na periferia, pela sua aparência e vestuário, pelas dificuldades que isso impõe na busca de emprego e pela condição racial” (Abramovay et alli, 1999)

¹¹ Esta apreciação foi feita pelo poeta brasileiro, porém nascido no Mato Grosso, Nicolas Behr, em palestra dada na Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura, em 18 de novembro de 2006.

Esta tensão permanente da divisão territorial já resultou em projeto de emenda constitucional¹² que sugere a criação do Estado do Planalto Central, tornando apenas o Plano Piloto e arredores a capital Brasília¹³ e sugerindo Taguatinga como capital deste outro Estado, que englobaria também cidades do entorno, localizadas em Goiás e Minas Gerais. A idéia é polêmica e um de seus principais defensores, o vice-governador eleito em 2006, Paulo Octávio, já alterou alguns pontos da proposta, efetivando a mudança da sede do Governo do Distrito Federal para Taguatinga, saindo do Plano Piloto.

Nos moldes atuais da configuração urbana local, é possível dizer que Brasília “trata-se, no fundo, de um grande aglomerado, mais próximo de uma região metropolitana ou de uma micro região – do que propriamente de uma unidade da federação” (Nunes, 2004, p. 105). Uma vez que as delimitações entre o que é Plano Piloto, Brasília, ou RIDE¹⁴ são variadas, Brasília será vista como região metropolitana que engloba as cidades de dentro do DF neste trabalho.

Mais recentemente, a cidade vem se firmando na lógica da rotatividade de habitantes que vêm e vão em razão de seus contratos de trabalho, funcionários transferidos na maior parte das vezes, que garantem à cidade certos aspectos de uma cidade de “estrangeiros”, de pessoas que se mudam para uma cidade onde não possuem vínculos familiares prévios, que por vezes moram só, e seus vínculos se formam fundamentalmente pelas relações de trabalho. A forte presença de famílias mononucleares, a fragilidade dos vínculos sociais é vista por alguns pesquisadores como um cenário que desestimula a solidariedade entre os habitantes da cidade, ocasionando um individualismo urbano acentuado (Nunes, 2004).

Entretanto, há que se perguntar se, sob um aspecto complementar, essa ausência de vínculos sociais prévios não constituiria também numa maior liberdade e autonomia na forma dos indivíduos se apresentarem para o mundo, uma vez que as expectativas geradas em cima do comportamento de cada um são reduzidas.

¹² O projeto (PEC 00056/1996) é de autoria do ex-senador Francisco Escórcio (PMDB/MA). Há também um projeto de lei de autoria do deputado federal Alberto Fraga (PMDB/DF) que sugere um plebiscito para decidir sobre o assunto (PL4680/2004). Fontes: sites do Senado Federal e Câmara dos Deputados.

¹³ A capital teria seu governador nomeado pelo Presidente da República.

¹⁴ Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno, categoria utilizada na formulação e implementação de políticas públicas.

No centro desta análise está a relação entre o conceito de "performance" e "fachada" feita por Erving Goffman (1975). Goffman relaciona todos os elementos do atuar cênico em sua explicação: um ator atua em uma posição onde há o palco e os bastidores; há relação entre a peça e a sua atuação; ele está sendo visto por um público, mas ao mesmo tempo, ele é o público da peça encenada pelos espectadores, parte integrante de seu meio.

De acordo com Goffman, o ator social tem a habilidade de se posicionar, escolher uma postura para cada palco e sua peça, assim como o figurino que ele usará para cada público. O objetivo principal do ator é manter sua coerência e se ajustar de acordo com a situação. Isso é feito, principalmente, com a interação dos outros atores. Estando num palco onde são reduzidos os grupos sociais que constituem sua platéia, os atores podem então ter mais momentos de despimento de suas máscaras sociais. Há menos expectativas sobre eles.

Já uma análise do perfil sócio-econômico da população brasiliense revela outro perfil que também pode ser considerado peculiar. Levando em consideração aspectos como escolaridade, renda e tipo de ocupação econômica, é possível ver grupos que são, internamente, altamente homogêneos, embora, comparados entre si, revelem uma sociedade altamente hierarquizada, concentrando guetos de classe média (basicamente composta pelo funcionalismo público) e de pobreza e miséria (autônomos e desempregados). O elitismo exacerbado do Plano Piloto e as precárias condições de vida existentes em grande parte das cidades satélites do DF e seu entorno oferece um espelho das desigualdades sociais do país, variando do urbano desejado à urbanização realizada (Nunes, 2004).

A JUVENTUDE CANDANGA

A população jovem do DF contabilizada pelo Censo 2000 era de 459.224 pessoas, dos 15 aos 24 anos. Para todos os outros anos, utilizaremos estimativas demográficas calculadas de acordo com informações obtidas no IBGE, UNESCO e MUNINET.

Um índice criado pelo escritório da UNESCO no Brasil, inspirado no IDH, foi construído para analisar especificamente as condições de vida do segmento juvenil que se encontra na faixa dos 15 aos 24 anos. Por este índice, é possível observar em que medida os equipamentos públicos dão conta de responder às demandas desta população (Waiselfisz, 2004).

Os indicadores de base foram assim construídos:

- Analfabetismo: porcentagem de analfabetos na faixa de 15 a 24 anos em relação à população total da mesma faixa etária. Fonte: PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios).

- Escolarização Adequada: porcentagem de jovens de 15 a 24 anos que freqüentam escola de Ensino Médio ou Superior em relação à população total da mesma faixa etária. Fonte: PNAD.

- Qualidade do Ensino: média estandardizada das escalas de proficiência da 8ª série do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino médio, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Fonte: SAEB (Sistema de Avaliação do Ensino Básico).

- Mortalidade por Causas Internas: taxa de óbitos em 100.000 jovens de 15 a 24 anos, atribuídos a causas internas, segundo definição da Classificação Internacional de Doenças – CID-10. Fonte: SIM (Sistema de Informações sobre Mortalidade).

- Mortalidade por Causas Violentas: taxa de óbitos em 100.000 jovens de 15 a 24 anos, ocorridos por causas violentas (suicídios, acidentes de transporte e homicídios, segundo definição da Classificação Internacional de Doenças – CID-10. Fonte: SIM.

- Renda Familiar per capita: valor do rendimento mensal familiar dividido pelo número de membros da família dos jovens na faixa de 15 a 24 anos. Fonte: PNAD.

Esses seis indicadores foram combinados para estruturar os três índices parciais: de educação, de saúde e de renda, constituindo o Índice de Desenvolvimento Juvenil. A juventude do DF aparece entre as cinco primeiras posições em praticamente todos os indicadores positivos (em relação aos indicadores da área de educação e renda, fica ou em

primeiro ou em segundos lugares nos indicadores de base), na liderança em termos de qualidade de vida. A exceção é o alto índice de mortes por razões violentas¹⁵. A posição geral do DF neste índice é a 2ª colocação, perdendo apenas para Santa Catarina. Para explicitar a distância dos indicadores do DF¹⁶ para o resto do país, alguns dados serão mostrados:

Tabela 1.1 Taxa de escolarização por grupos de idade 2004-2005: DF e BRASIL

Unidades de Observação	Taxa de escolarização (%)	
	Grupos de idade	
	15 a 17 anos	18 a 24 anos
2004		
Brasil	81,9	32,2
Distrito Federal	86,0	37,8
2005		
Brasil	81,7	31,6
Distrito Federal	87,3	37,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2005.

¹⁵ Embora não seja considerada no cálculo do IDJ, é necessário mencionar que a taxa de desemprego entre os jovens do DF também é significativamente maior que a taxa nacional (DIEESE, 2006).

¹⁶ Analisamos os dados estatísticos aqui como auxílio à interpretação de uma circunstância, sabendo que têm seu limite de utilização, principalmente se formos analisar as desigualdades internas do DF. É evidente que os indicadores do Lago Sul e Samambaia guardam enormes distâncias entre si. Um outro dado estatístico, por exemplo, nos revela que o índice de Gini para a desigualdade de distribuição de renda tem o pico do país no DF: 0,602, enquanto o índice do país é de 0,572. Fonte: IPEA, 2005.

Tabela 1.2 Taxa de escolarização por grupos de idade 2005: UFs e BRASIL

Unidades da Federação	Taxa de escolarização (%)	
	Grupos de idade	
	15 a 17 anos	18 a 24 anos
2005		
Brasil	81,7	31,6
Amapá	86,8	40,8
Sergipe	77,8	39,9
Piauí	81,6	38,3
Rio de Janeiro	87,6	37,7
Distrito Federal	87,3	37,6
Alagoas	75,0	36,9
Bahia	80,3	36,6
Paraíba	78,1	35,9
Acre	77,9	34,9
Tocantins	83,0	34,8
Pará	75,0	34,3
Amazonas	83,4	33,1
Maranhão	79,4	32,1
Pernambuco	77,7	31,9
Mato Grosso	81,4	31,9
Mato Grosso do Sul	78,8	31,1
Santa Catarina	83,9	31,0
Rondônia	71,8	30,2
Rio Grande do Sul	81,1	30,2
Ceará	80,4	29,4
Goiás	81,4	29,4
São Paulo	86,4	28,8
Paraná	78,4	28,6
Rio Grande do Norte	80,7	28,1
Minas Gerais	80,9	27,6
Espírito Santo	74,9	26,4
Roraima	79,8	24,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) 2005.

Tabelas 1.3 e 1.4:

Pessoas alfabetizadas em relação ao total da população por idade: DF e BRASIL

Pessoas por sexo, segundo a alfabetização e os grupos de idade - Distrito Federal									
Alfabetização e grupos de idade	População Residente Total*	Total com dados disponibilizados	Percentual (%)	População Masculina Total	Homens	Percentual (%)	População Feminina Total	Mulheres	Percentual (%)
Total.....	2 337 078	2 131 582	91,2	1 106 072	1 010 163	91,3	1 231 006	1 121 419	91,1
Alfabetizadas.....	2 337 078	1 985 389	85,0	1 106 072	937 803	84,8	1 231 006	1 047 586	85,1
15 a 19 anos.....	224 454	223 614	99,6	111 268	111 058	99,8	113 186	112 556	99,4
15 a 17 anos.....	129 378	129 168	99,8	63 952	63 952	100,0	65 426	65 216	99,7
18 e 19 anos.....	95 076	94 446	99,3	47 316	47 106	99,6	47 760	47 340	99,1
20 a 24 anos.....	250 132	245 923	98,3	120 124	117 177	97,5	130 008	128 746	99,0
Não alfabetizadas.....	2 337 078	146 193	6,3	1 106 072	72 360	6,5	1 231 006	73 833	6,0
15 a 19 anos.....	224 454	840	0,4	111 268	210	0,2	113 186	630	0,6
15 a 17 anos.....	129 378	210	0,2	63 952	-	0,0	65 426	210	0,3
18 e 19 anos.....	95 076	630	0,7	47 316	210	0,4	47 760	420	0,9
20 a 24 anos.....	250 132	4 209	1,7	120 124	2 947	2,5	130 008	1 262	1,0

* Há diferença entre os totais devido à incidência de "Não determinados e sem declaração" e pessoas abaixo de 5 anos

Dados: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

Elaboração: Renata Florentino

Pessoas por sexo, segundo a alfabetização e os grupos de idade - BRASIL									
Grupos de idade	População Residente Total*	Total com dados disponibilizados	Percentual (%)	População Masculina Total	Homens	Percentual (%)	População Feminina Total	Mulheres	Percentual (%)
Total	184 388 620	169 740 410	92,1	89 851 635	82 472 830	91,8	94 536 985	87 267 580	92,3
Alfabetizadas.....	184 388 620	147 374 713	79,9	89 851 635	71 096 573	79,1	94 536 985	76 278 140	80,7
15 a 19 anos.....	17 733 925	17 325 120	97,7	8 957 891	8 671 652	96,8	8 776 034	8 653 468	98,6
15 a 17 anos.....	10 646 814	10 442 229	98,1	5 356 913	5 212 382	97,3	5 289 901	5 229 847	98,9
18 e 19 anos.....	7 087 111	6 882 891	97,1	3 600 978	3 459 270	96,1	3 486 133	3 423 621	98,2
20 a 24 anos.....	17 318 407	16 722 717	96,6	8 668 338	8 277 851	95,5	8 650 069	8 444 866	97,6
Não alfabetizadas.....	184 388 620	22 353 967	12,1	89 851 635	11 368 010	12,7	94 536 985	10 985 957	11,6
15 a 19 anos.....	17 733 925	407 034	2,3	8 957 891	284 468	3,2	8 776 034	122 566	1,4
15 a 17 anos.....	10 646 814	202 814	1,9	5 356 913	142 760	2,7	5 289 901	60 054	1,1
18 e 19 anos.....	7 087 111	204 220	2,9	3 600 978	141 708	3,9	3 486 133	62 512	1,8
20 a 24 anos.....	17 318 407	594 294	3,4	8 668 338	389 091	4,5	8 650 069	205 203	2,4

* Há diferença entre os totais devido à incidência de "Não determinados e sem declaração" e pessoas abaixo de 5 anos

Dados: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

Elaboração: Renata Florentino

Entretanto, “não são observadas estreitas relações entres esses índices [de educação] e os de saúde, sobretudo quando o indicador é mortalidade por causas violentas. É assim que nos deparamos, por exemplo, com o estado do Rio de Janeiro ocupando o 5º

lugar em educação e em renda e o último (27º) em mortalidade por causas violentas. O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao Distrito Federal, que ocupa o 1º lugar em educação e em renda e o 22º em mortalidade por causas violentas” (Waiselfisz, 2004).

Um indicador que não é considerado por este índice, mas é fundamental para a análise aqui empreendida, é o acesso a meios de comunicação, como TV, rádio, jornais impressos, e internet. Para sinalizar o alto acesso a meios de informação, característica das capitais comumente, pode-se ver a taxa de acesso à internet nos últimos três meses no DF, que é de 41% da população acima de cinco anos, enquanto a taxa nacional é de 21% (PNAD, 2005). O meio de comunicação mais elitizado atualmente atinge quase a metade da população do DF.

GERAÇÃO DEMOCRATA

A escolha de se trabalhar aproximadamente com a faixa etária de 15 a 25 anos foi feita não apenas com base no conceito padrão de juventude para pesquisas estatísticas, ou pelo conceito de geração como tempo que leva para uma pessoa atingir a idade de montar seu próprio núcleo familiar. Esta escolhe se deu pelo recorte do grupo etário que teria nascido já num regime assumidamente democrático, que oferta certas vivências e oportunidades de socialização política distintas. Aqui, o conceito de geração do sentido de compartilhamento de certas experiências, de construção de referências comuns (Mannheim, 1968) foi o determinante.

Tem-se como referência os seguintes marcos históricos, como pontos de partida para o regime democrático: eleições diretas para os governos estaduais (1982), o movimento pelas Diretas Já (1984), a posse de um presidente civil (1985), a promulgação da nova Constituição (1988), as eleições diretas para presidente (1989) e o impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello (1991).

Ou seja, os nascidos entre os anos de 1982 e 1991 compõem não só uma faixa etária, mas também um grupo que teve sua inserção social num país que já contava com elementos institucionais que lhes garantiu uma socialização política diferenciada das gerações anteriores. Por exemplo, a disciplina “Moral e Cívica” não fazia mais parte do

currículo obrigatório das escolas¹⁷; já havia legislação que garantia a livre associação civil, inclusive para grêmios estudantis; a televisão e demais meios de comunicação já veiculavam propaganda política de diversos partidos; não havia mais censura em meios de comunicação ou na produção cultural. Esta geração cresceu já contando com certa oferta de espaços públicos a serem ocupados, incomparavelmente maior à oferta de qualquer geração anterior, não só pela ausência da censura, como também pela crescente complexificação social do país¹⁸.

Além destes fatores, que são em grande parte comuns às juventudes de outras regiões brasileiras, há que se enfatizar que são fenômenos mais vivenciados ou acompanhados pela juventude do Distrito Federal, na medida em que a política se faz presente no cotidiano da cidade (lendas urbanas¹⁹ e notícias de jornais locais são relacionadas à política nacional), e há também a questão da proximidade com sede física dos órgãos públicos e entidades como partidos políticos, sindicatos nacionais etc.

Certamente, a coexistência no mundo por si só não assegura que um grupo faça parte da mesma geração (Mannheim, 1982). Há uma multiplicidade de fatores que condicionam as experiências sociais destes jovens, seja a classe social de sua família, se sua moradia é em área rural ou urbana, se pertence ou não a grupos étnicos marginalizados, seu gênero, opção religiosa, dentre tantos outros recortes possíveis. Entretanto, para esta análise, o peso desses fatores não será igualmente considerado. O recorte se dará fundamentalmente no local de moradia e faixa etária²⁰.

¹⁷ Em algumas regiões esta disciplina se chamava OSPB - Organização Social e Política do Brasil. E, nas universidades, o nome também poderia ser EPB (Estudo de Problemas Brasileiros)

¹⁸ Neste ponto, é importante frisar que o Movimento Estudantil já não conta com a adesão unânime dos estudantes enquanto principal canal de atuação política. Antes de dizer que há uma crise de participação, entretanto, há que se perceber outras formas de atuação incorporadas aos movimentos sociais, sejam novidades temáticas como entidades que discutam raça e orientação sexual, sejam entidades com outros modelos de gestão, com menor número de associados e participação mais focada.

¹⁹ Como exemplos, listo as que foram relatadas para a autora deste trabalho desde sua infância: (i) as versões sobre o assassinato de Ana Lúcia, que envolveriam políticos hoje famosos, (ii) quantas e quem seriam as amantes de JK, (iii) as versões do acidente de JK, (iv) festas animadas por elefantes indianos que a primeira-dama do ex-pres. Figueiredo oferecia e, mais recentemente, rituais de magia negra ocorridos na Casa da Dinda.

²⁰ Futuras análises que englobem esses recortes serão mais que bem vindas, serão necessárias.

ALISTAMENTO ELEITORAL

Entre os dados “positivos” que o TSE divulgou em sua campanha de estímulo ao voto, como respostas às campanhas pelo voto nulo organizadas por eleitores descontentes com o sistema político, estava uma tabela que buscava afirmar que os jovens estavam animados com a democracia, ansiosos por vivenciar seu primeiro voto.

Ranking: crescimento do número de eleitores entre 16 e 17 anos 2002 - 2006						
	Unidade Federativa	Jovens com título em 2002	Percentual em relação ao total de eleitores na UF (2002)	Jovens com título em 2006	Percentual em relação ao total de eleitores na UF (2006)	Aumento no número de eleitores jovens % (2002-2006)
1°	Rio de Janeiro	91.171	0,89	149.180	1,37	63,6
2°	Pará	79.357	2,22	126.300	3,04	59,1
3°	São Paulo	310.950	1,22	493.752	1,76	58,7
4°	Amazonas	38.463	2,52	60.074	3,38	56,1
5°	Pernambuco	107.863	2,00	168.050	2,88	55,7
6°	Alagoas	40.633	2,54	62.305	3,35	53,3
7°	Espírito Santo	37.075	1,73	56.337	2,41	51,9
8°	Ceará	128.956	2,68	194.202	3,62	50,5
9°	Minas Gerais	206.327	1,63	307.452	2,25	49,0
10°	Amapá	11.698	4,03	16.722	4,64	42,9
11°	Maranhão	112.538	3,32	159.372	4,06	41,6
12°	Sergipe	31.185	2,27	42.378	3,26	35,8
13°	Santa Catarina	70.158	1,83	94.909	2,28	35,2
14°	Mato Grosso do Sul	31.989	2,27	42.746	2,74	33,6
15°	Rondônia	25.994	2,95	34.588	3,50	33,0
16°	Bahia	187.963	2,20	237.259	2,60	26,2
17°	Rio Grande do Norte	63.987	3,34	80.476	3,83	25,7
18°	Paraíba	78.115	3,37	96.237	3,74	23,1
19°	Acre	14.181	3,84	17.418	4,22	22,8
20°	Goiás	74.296	2,20	91.216	2,44	22,8
21°	Paraná	135.665	2,03	164.623	2,31	21,3
22°	Piauí	73.143	3,96	87.481	4,22	19,6
23°	Rio Grande do Sul	143.346	1,95	168.916	2,18	17,8
24°	Tocantins	29.559	3,77	34.729	3,94	17,4
25°	Mato Grosso	53.941	3,12	62.510	3,22	15,8
26°	Roraima	8.610	4,13	9.615	4,12	11,6
27°	Distrito Federal	30.621	2,01	30.658	1,85	0,1

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Nesta tabela, é possível perceber que de 2002 para 2006 houve um crescimento na procura por título de eleitor em praticamente todos os estados da federação. Entretanto, para se averiguar qual é exatamente o tamanho deste crescimento, é necessário calcular o percentual de títulos tirados em relação à população jovem que estava em condições de fazer esta opção, pois aí se tem o indicador adequado sobre o interesse pelas eleições.

Por exemplo, é registrado o aumento de 0,1% nos jovens brasilienses com título de eleitor. Mas, na verdade, no DF ocorre um recuo e não crescimento, pois se formos considerar o aumento demográfico da população entre 16 e 17 anos no DF, o crescimento de 0,1% contabilizado de 2002 para 2006 não consegue nem mesmo manter o percentual de jovens eleitores de 2002.

Para o cálculo de qual o percentual de jovens que tiraram o título em relação ao total de jovens que estavam etariamente aptos a fazê-lo, consideramos o número de jovens de 15 a 17 anos oferecido pelo IBGE pelo Censo de 2000²¹ – 125.797 – e aumentamos de acordo com as projeções feitas para o crescimento do DF nos anos posteriores²². Para 2002, aumentamos o grupo em 04%, que foi a projeção de crescimento para aquele ano, e para 2006 aumentamos 13%, que é a estimativa de crescimento para a população total do DF para 2006 em relação a 2000.

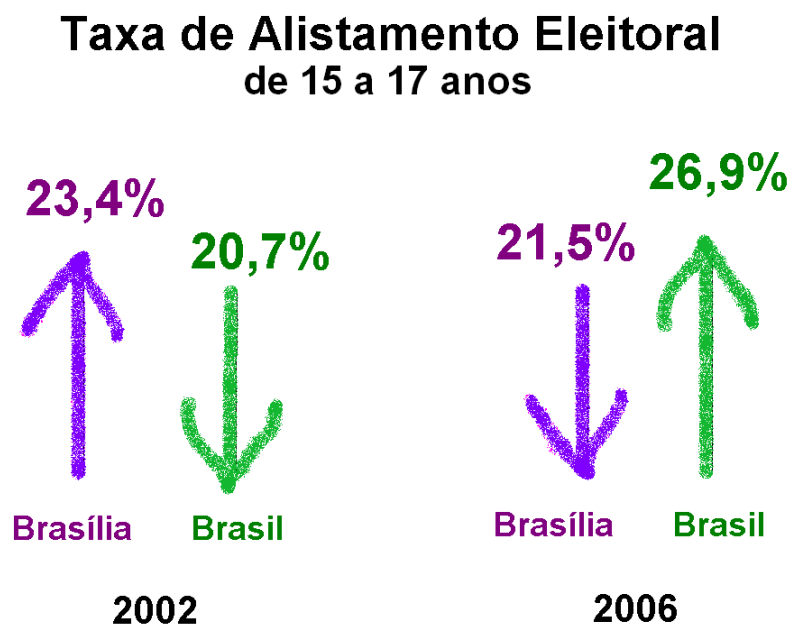
Sendo assim, teríamos 130.828 jovens potencialmente eleitores para o pleito de 2002, e 142.150 para o pleito de 2006. Em 2002, de acordo com os dados do TSE, 30.621 jovens tiraram o título, cerca de 23,4% do total de jovens que estavam etariamente aptos a fazê-lo. Para o pleito de 2006, 30.658 tiraram o título de eleitor. A relação estabelecida é de que cerca de 21,5% dos jovens brasilienses se alistaram voluntariamente, constatando, conforme evidencia de outra maneira, o levantamento feito pelo TSE. Ou seja, caiu o percentual de jovens que tiraram voluntariamente o título de eleitor no DF de 2002 para 2006, sendo que o número inicial já era baixo²³. É interessante observar que o DF esteve

²¹ Nessa conta, foram incluídos os jovens de 15, 16 e 17 anos. Não foi possível precisar o contingente para os jovens de apenas 16 e 17 anos completos, pois os de 15 já poderiam ter completado 16 até o dia da eleição, assim como os de 17, da mesma maneira, já poderiam ter completado 18 no dia da eleição, já sendo obrigados a se alistar.

²² O cálculo feito apenas “repõe” para esta faixa etária a estimativa feita para o crescimento da população total elaborado pelo IBGE. Esta estimativa certamente está abaixo da população real, pois esta é uma das faixas etárias onde o crescimento populacional se faz mais acentuado no DF, estando acima, portanto, do crescimento médio da população total.

²³ Ao contrário das campanhas de estímulo ao voto, a campanha de maior expressão feita por uma organização juvenil no DF foi a “Existe política além do voto”, organizada pelo Movimento Passe Livre.

realmente na contramão da tendência nacional²⁴, pois a taxa nacional do alistamento eleitoral dos jovens entre 15 e 17 anos foi de 20,7% em 2002 e de 26,9% em 2006²⁵, configurando o DF como um fenômeno peculiar.



²⁴ É interessante observar que nestas eleições de 2006 foi feita uma forte campanha pelo voto nulo, que, entretanto, não se converteu num aumento expressivo destes votos. O voto “de protesto” em candidatos, portanto, válido, pode ter canalizado as expressões da campanha.

²⁵ Dados calculados pela autora, conforme cálculo explicado anteriormente.

OS PARTIDOS POLÍTICOS

Na atual organização política brasileira, parte significativa da participação política institucional é inacessível a cidadãos comuns. Essa falta de acessibilidade não se deve a proibições formais, e sim pelas dificuldades efetivas de ingresso no campo político, em especial naquelas organizações que detêm o monopólio da representação política: os partidos. Por meio do conceito de oligarquia partidária de Robert Michels e sua atualização com o auxílio do conceito de sistema perito do Antony Giddens, agregando as duas abordagens, feitas com diferentes perspectivas, irá se interpretar um pedaço da esfera de participação política no Brasil.

De acordo com a legislação vigente desde a redemocratização, o Tribunal Superior Eleitoral permite que até partidos recém criados e com registro provisório participem das eleições, o que Jairo Nicolau (1996) cita como exemplo da abertura de nossa legislação político-eleitoral. Entretanto, antes de se considerar que nosso sistema político é realmente aberto, há que se questionar: mesmo sendo juridicamente livre o ingresso em partidos políticos já existentes, mesmo sendo permitida a criação de novos partidos, *será que quem quer participar ativamente da vida política do país se interessa por ingressar ou fundar partidos políticos? E, em caso positivo, os partidos políticos dão conta de responder às suas expectativas? Os novatos conseguem sobrepor-se às máquinas internas já montadas? Para quem é viável conseguir espaço numa competição já dada?*

Ideais e práticas dos Partidos Políticos

Para esboçar uma tentativa de resposta, é necessário resgatar o ideal de partido político, apresentado por Edmund Burke no final do século XVIII. Burke constatou que a existência de divergências no seio da sociedade (e de seus representantes) era uma realidade incontornável, e que tais divisões podiam ser canalizadas a fim de melhorar a organização do governo e o controle da monarquia.

O dissenso deveria ser aceito, já que o aumento da tolerância política e religiosa conduziria ao fortalecimento de uma sociedade pluralista. A institucionalização de grupos diversos, através de associações representativas de cada parte, faria-os convergir no alcance do interesse comum do governo nacional.

Logo, percebe-se que há uma função ideológica há ser desempenhada pelas agremiações políticas. Elas surgem em função de divergências existentes na sociedade, acerca da organização política da sociedade, sobre os papéis do Estado, e buscariam então ser um canal organizado, institucional, dessas divergências.

Um pouco mais tarde na história, o alemão Max Weber se debruça sobre os partidos políticos quando estes já haviam conquistado um espaço mais central no campo político. Também para Weber, os partidos são organizações da sociedade civil, ou da sociedade política não estatal. Mas, além de seu caráter ideológico, Weber percebe que nos sistemas políticos modernos os partidos políticos podem assumir também a forma de uma organização que existe para se colocar na disputa por cargos dentro do Estado. A vocação, o desejo, que em alguns tipos de partido toma a forma de influência, proposição e execução e projetos de sociedade, em outros toma a forma da ambição por cargos, de disputa por aparelhos administrativos.

Este é seu alerta para situações de representação profissional na política, que poderiam transformar os partidos em feudos de grupos de interesse, numa estrita divisão do trabalho num mundo “racionalizado”, numa democracia de massas. A crescente geração de cargos administrativos, afirma Weber, não se dá exclusivamente pela burocratização da máquina pública, mas também pela ambição os partidos políticos. Afirma: *aos olhos de seus aderentes, os partidos aparecem, cada vez mais, como uma espécie de trampolim que lhes permitirá atingir esse objetivo essencial: garantir o futuro* (Weber, 2002a, p.62).

Essa ambição não é intrínseca ao agente político, mas vem da organização burocrática. Weber vai além e acrescenta que mesmo o desejo de poder por si não vem de um capricho exclusivamente individual, pois seu reconhecimento, o valor que atribui a esse poder vem também externamente, dado por relações sociais:

O homem não luta pelo poder apenas para enriquecer economicamente. O poder, inclusive o poder econômico, pode ser desejado “por si mesmo”. Muito freqüentemente, a luta pelo poder também é condicionada pelas “honras sociais” que ele acarreta [...] A forma pela qual as honras sociais são distribuídas numa comunidade, entre grupos típicos que participam nessa distribuição, pode ser chamada de “ordem social” [...] Dessa forma, “classes”, “estamentos” e “partidos” são fenômenos da distribuição de poder dentro de uma comunidade (Weber, 2002b, pp. 126-7)

Mais recentemente, em meio às discussões sobre pós-modernidade, outro europeu, o sociólogo inglês, Anthony Giddens, veio trazer sua análise sobre a modernidade

reflexiva. Nessa abordagem, busca romper com alguns dogmas, tentando caracterizar o tempo presente. Por exemplo, defende que a reflexividade moderna pode trazer formas mais democráticas de convivência. Em seu otimismo, chega a dizer que a sociedade globalizada pode ser vista como a “sociedade do diálogo” (Giddens, 1994).

Como uma característica das sociedades modernas, Giddens aponta a existência dos sistemas peritos e fichas simbólicas, enquanto “mecanismos de desencaixe, isto é, o deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço” (Giddens, 1991).

Considera sistema perito um sistema de excelência técnica que envolve saberes, práticas e artefatos próprios. Constitui área cuja efetividade depende da confiança depositada pelo seu público. As fichas-simbólicas são meios de intercâmbio que podem ser “circulados” sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular.

Para aplicar estes conceitos à Sociologia Política, em especial à situação aqui analisada, os partidos políticos serão descritos à luz dos sistemas peritos e o voto enquanto ficha simbólica. Algumas características dos Partidos Políticos são fundamentais para perceber sua estrutura de funcionamento:

1. Grupo especializado, coordenado por políticos profissionais dedicados exclusivamente à carreira política.

2. Monopólio da representação institucional de dois poderes (Chefe do Executivo e todos os membros do Legislativo) nas três esferas (União, Estado, Município).

Com essas duas características, podemos chegar ao que, de fato, os partidos políticos representam, em termos de sua estrutura administrativa: um campo especializado com condutas, práticas, linguagens e códigos próprio, com acesso a espaços exclusivos e um ethos de atuação próprio. Em relação à presença de políticos profissionais na política institucional, essa questão deve ser talvez das mais batidas (com a polêmica dicotomia em viver para a política e viver da política). Por um lado, a profissionalização de lideranças significou o acesso de grupos não elitizados ao jogo político, pois grupos que não viviam de renda e títulos não teriam tempo ou condições físicas de interferir politicamente em decisões governamentais com uma jornada de trabalho de no mínimo 40 horas para ser cumprida, se não conseguissem mecanismos para se profissionalizar e atuarem

exclusivamente em prol de suas causas. Por outro lado, entretanto, essa profissionalização abriu brechas para que o político profissional se descolasse de seu grupo de base social original. E, é necessário explicitar, os ocupantes destes cargos compõem não só uma elite, mas um campo com práticas e linguagens próprias (Bourdieu, 1983). Para ingressar e ser reconhecido neste campo, é necessário adotar o comportamento de pares. Historicamente, os pares iniciais eram aristocratas, somente depois que se deu o ingresso paulatino de outros estratos sociais, que já encontravam uma estrutura de poder instaurada²⁶.

Quanto ao monopólio da representação, encontramos aqui um dos aspectos mais interessantes da discussão. É sob esse aspecto que se pode observar que a disputa pelo acesso ao poder não é aberta a qualquer indivíduo ou a qualquer grupo. Um exemplo é apontado por Raquel Meneguello (1998), ao demonstrar a grande influência dos partidos com participação no governo na indicação dos ocupantes dos ministérios, ou seja, os cargos mais altos do Poder Executivo que não são decididos pelo voto direto. No acompanhamento que faz de seguidas composições de ministérios, de Tancredo Neves ao primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, a autora mostra que aproximadamente dois terços dos titulares são filiados a partidos políticos. Além desse indicador, é interessante avaliar também se mesmo os titulares que não são oficialmente quadros partidários não correspondem de alguma maneira a concessões feitas aos partidos da base aliada do governo.

Uma brecha que é freqüentemente festejada por movimentos sociais como possibilidade de participação popular no Poder Executivo são os Conselhos. Entretanto, além de poder se questionar se, na verdade, esses conselhos atingem efetivamente “populares”, é sabido até mesmo entre as organizações que estão inseridas nessas instâncias que seu poder é, realmente, muito baixo, podendo até ser caracterizado como um espaço de cooptação e não de influência (INESC, 2006), dada sua reduzida capacidade real de determinar rumos de políticas implantadas pelo governo, e a visível capacidade do governo pautar a agenda destas entidades.

Ainda em relação a este monopólio da representação política institucional, é preciso mencionar que o clímax das democracias liberais, o momento eleitoral, é ainda

²⁶ Por exemplo, o surgimento da Câmara dos Lordes na Inglaterra, que ocorreu antes da Câmara dos Comuns e esta segunda câmara foi criada antes da aceitação do ingresso de não-proprietários na Casa.

mais centralizado pelos partidos políticos. Por mais anunciado que seja que o futuro do país está nas mãos dos eleitores (conforme a campanha do TSE de estímulo ao voto nas eleições de 2006), é muito mais factível perceber que as mãos dos políticos, seus apoiadores, financiadores e grupos midiáticos detêm um acesso consideravelmente maior a esferas de decisão de grande impacto nas eleições, como definição de candidaturas, destinação do fundo partidário, formulação do programa de governo e construção da agenda (debates e embates). A distância entre o eleitor e candidato se faz presente em todos os momentos da campanha.

Representação: leigos e especialistas?

Em relação à representação política, para situar o que significa o fato de os partidos políticos possuírem seu monopólio institucional, vale resgatar os modelos tradicionalmente abordados:

A) Representação por delegação ou confiança

Na teoria: “busca reduzir distância entre representantes e representados”, “reduz margem de manobra de políticos” (Cotta, 1984). Entretanto, na prática, faz o contrário, em vez de limitar, amplia a autonomia do campo político em relação aos representados. . A delegação no caso das eleições e no modo como as campanhas são feitas reforça a crença de que o outro é mais capaz, detém uma competência especializada, seja oratória, habilidade de negociação, convicção em ideais, contatos com grupos sociais de difícil acesso, carisma ou tempo disponível. Nesse sentido, vemos as fichas simbólicas (votos) sendo credulamente depositadas em seus sistemas peritos (partidos). Há, efetivamente, uma percepção de que, sem esses políticos profissionais, a política não é feita. Principalmente dentro dos partidos, há um sentimento de dependência de seus líderes (Michels, 1982).

Ao falar das causas psicológicas da liderança, Michels afirma que quem tem o cargo de delegado adquire um direito moral a esse cargo, e os delegados o conservam a menos que sejam privados deste em circunstâncias extraordinárias. Uma eleição realizada para um propósito definido adquire um caráter vital, de sobrevida. O mandato temporário se transforma em direito quase que “natural” (Michels, 1982, pp. 31-3). Quem desempenhou durante certo tempo o cargo de delegado termina por considerar que esse

cargo é propriedade sua, buscando mecanismos para que continue sendo, sejam legítimos os não (alterações na legislação, golpes políticos, etc.).

Já numa perspectiva não de descrever e investigar causas, mas de “naturalizar” essa dicotomia governantes e governados, Schumpeter produz uma de suas análises mais marcantes de sua obra. Explicando que o modelo de democracia que significa governo do povo nunca ocorreu nem vai ocorrer, afirma, nas suas palavras, que *A massa jamais desenvolve opiniões definitivas por iniciativa própria. É ainda menos capaz de divulgá-las e transformá-las em atitudes e ações coerentes. Podem apenas seguir ou recusar-se a seguir a liderança coletiva que lhe oferecem* (Schumpeter, 1984, p. 182). Para “resolver” essa situação então, Schumpeter nos brinda com a seguinte formulação de democracia: sistema em que o povo tem o direito de escolher seu governo, e não de governar (Schumpeter, 1984, pp. 299-301). Escolha essa, que frisa Schumpeter, nunca é espontânea, é sempre uma confirmação de interesses de outros grupos. Ou seja, é uma escolha condicionada, especificamente à disputa entre elites.

É claro que, em geral, os políticos com mandato têm acesso a esferas de poder não abertas aos cidadãos desprovidos de mandato. Têm relativamente grande autonomia em relação a aqueles que lhes estão submetidos (eleitores). Quanto mais prolongada é a retenção do cargo, tanto maior é a influência do político profissional sobre os cidadãos comuns e tanto maior, por conseguinte, sua independência em relação a estes. Esta distância, que é em grande medida positiva para os políticos profissionais (são menos demandados), pode facilitar que esse grupo crie e consolide mais práticas que tornam seu grupo ainda mais restrito. Por exemplo, dissoluções de Congressos ou a reeleição, esta última atualmente em vigor no país. Nestas eleições de 2006, além do presidente da república, 12 governadores de Estados foram reeleitos, de um total de 16 que buscaram a reeleição.

B) Representatividade sociológica - espelho da sociedade

Outro modelo de representação política trata da reprodução da sociedade nas instâncias políticas de decisões. Neste ponto, é mais forte a questão da necessidade de legitimação dos políticos frente aqueles que dizem representar, pois se refere à forma sob a qual os políticos se apresentam ao público. Há um ponto polêmico, sobre quais características da população em geral merecem representação na arena política (Phillips,

2001). Em alguns grupos, a existência de um Partido dos Aposentados Nacional (PAN) causa certa estranheza, mesmo que os empregados formais, pelo menos, tenham a expectativa de um dia de aposentarem.

Além da questão de que a entrada na representação política institucional é muito mais difícil para alguns grupos que para outros (alguém que defenda abertamente o aumento da taxa tributária tem dificuldade para arrecadar dinheiro para campanha, assim como alguém que defenda certo controle sobre os meios de comunicação de massa dificilmente terá cobertura positiva ou isenta na mídia), há dúvidas mais fundamentais sobre a efetividade da atuação em partidos. Por exemplo, qual seria o sucesso da iniciativa de criação de um partido indígena no Brasil? Sua população se concentra em poucas regiões, logo, dificilmente atingiria o número mínimo de associados para ser considerado um partido nacional, conforme exigência de nossa legislação. Por outro lado, a questão indígena é uma das muitas que é abordada de maneira transversal, ou seja, não haveria necessidade de um partido de indígenas exclusivamente para que essa questão fosse abordada. Mas é clara a dificuldade dessa pauta em ser tratada dentro de qualquer um dos partidos existentes, não importando o espectro ideológico. Há, ainda, na hipótese do partido indígena ter sido criado, a tendência de partidos operários e étnicos sofrerem desbotamento com o passar do tempo, para conquistarem mais eleitores. Percebendo que os partidos políticos não são exatamente a esfera onde movimentos como este são tratados com a dimensão que precisam, seus militantes logo começaram a migrar para outras formas de atuação.

Os mais conhecidos destes movimentos foram os ecologistas ou verdes, os feministas e os pacifistas, que enriqueceram o processo político seja transformando-se em partidos, seja mantendo-se como atores sociais que influenciam, mas não participam da concorrência eleitoral. Mesmo que as expectativas que os movimentos sociais geraram, a respeito de sua capacidade de substituir os partidos, tenham se dissolvido em ilusão, seu impacto sobre a política nas últimas décadas foi determinante (Malamud, 2002).

Em relação aos sistemas de representação política reais, Michels afirma que, nas democracias de massa, a ampliação da participação política exige complexificação das estruturas organizativas, mas é exatamente a existência da organização que produz,

necessária e inevitavelmente, tendências oligárquicas, ponto também registrado por Weber (2002).

Na visão de Michels, a participação na vida partidária adquire um aspecto de escala. A grande massa de eleitores constitui a base; sobre esta se sobrepõe a massa menor de militantes esporádicos de partidos, que representa talvez um décimo dos eleitores ou talvez até menos; em cima destes, por sua vez, vem o número muito menor dos membros que assistem regularmente às reuniões; depois vem o grupo de funcionários do partido; e acima de tudo, o grupo de meia dúzia dos membros que constituem o comitê executivo, constituído em parte pelas mesmas pessoas do grupo anterior. O poder efetivo aqui está na proporção inversa do número dos que acreditam que o exercem.

É importante frisar que esta é a análise de Michels sobre partidos operários e sindicatos, por mais que se pretenda estender a qualquer organização, sua análise empírica se restringe a esses dois tipos específicos de associação civil. Outra ressalva ao trabalho de Michels é sua relação de poder enquanto relação unilateral, por vezes monocausal e determinista (Sarti, 1996).

Olhando sob outra perspectiva, além da estrutura organizativa, quando se elencam os critérios de avaliação dos partidos políticos, os mais comuns são (i) sua base social e (ii) sua orientação ideológica. Rapidamente, podem-se perceber as razões dos partidos políticos estarem perdendo sua legitimidade frente aos representados. Em termos de base social, em casos raros a composição social de um partido tem relação com a estratificação social da sociedade na qual ele está inserido. Os partidos de caráter classista, quando representam as classes mais baixas, ou abandonam suas características ou têm sérias dificuldades de ingresso no campo político, já que este também não foi estruturado de maneira a receber sua participação. Em termos de orientação ideológica, é notória certa “centralização” em termos de programa de governo (questões macroeconômicas), e temas polêmicos são sistematicamente omitidos de campanha, sendo deliberadamente postergados de enfrentamento ao longo dos mandatos.

Prova de efetividade

Como sustentado ao longo do texto, os partidos políticos não vêm cumprindo com as expectativas geradas desde a criação dessas instituições (Norris, 1999). Michels e

Giddens se encontram ao desenharem espaços fechados e hierarquizados de saberes e práticas, constituindo áreas em que, teoricamente, qualquer um pode se preparar para chegar ao topo. O conhecimento especializado está aberto à apropriação a qualquer pessoa com tempo e recursos necessários para ser instruída, mas sabemos que essas condições não são garantidas para toda a população. Assim como, na sociedade brasileira, os direitos políticos são universais, só sendo retirados em casos específicos (políticos cassados, presidiários e eleitores faltosos), mas, mesmo sendo livre o acesso a partidos políticos e a fundação de novos, o monopólio da representação política acaba por excluir até mesmo grupos que buscam a organização partidária, mas não conseguem fazer com que sua voz seja ouvida.

A definição de quem pode fazer a intermediação sociedade/Estado tem relação direta com a estrutura política de uma sociedade, como mostra Manin, ao tipificar etapas de governo representativo. Estas seriam: a democracia parlamentar, a democracia de partido e a democracia de público.

No primeiro tipo, a intermediação seria relativamente pouca, podendo-se chamar até de relação direta, por meio de rede de relações locais, da notoriedade social do político ou da deferência que suscitava. Os representantes eram notáveis, ou seja, membros de uma elite que detém condições de se destacar mais facilmente numa comunidade, de se elevar a “líder”. Cabe acrescentar de maneira mais explícita: por mais que os políticos fossem escolhidos dentro de uma “comunidade”, baseado em relações de confiança e proximidade, há de se questionar a positivação colocada nessa relação tão “direta” quando comparada às falhas do sistema representativo atual. Considerando o quão datada é a experiência de que se trata, há que se lembrar do caráter restritivo que está necessariamente embutido num sistema político que lida com pequenas comunidades não só pelo baixo contingente populacional, mas por excluir sistematicamente diversos grupos sociais (mulheres, imigrantes, trabalhadores populares, etc.). Ao se intermediar exclusivamente as relações “políticas” entre pessoas (aqui como sinônimo de indivíduos), parte da discussão dos assuntos considerados de “interesse público” ou referentes ao “bem comum”, ou seja, que se referem a coletividades, é silenciada.

Ao ir para a democracia de partidos, Manin afirma que a relação de confiança antes estabelecida pessoalmente é agora feita com o partido, baseada num agrupamento ou

clivagem que envolve uma identificação a partir das classes sociais. Entretanto, a falta de respostas para questões sociais de grupos diversos leva esse sistema de representação a se fragilizar enquanto canal legítimo e reconhecido, e aos poucos a democracia de público vai entrando em cena, principalmente com a modernização dos meios de comunicação de massa. Em suma, do indivíduo vai-se para os partidos políticos, e agora para a mídia, como canal de interlocução, de intermediação nas relações políticos profissionais e populares.

De acordo com Giddens, a confiança em sistemas peritos não é comparável à confiança em sabedorias tradicionais (magos e feiticeiros), pois se baseia fundamentalmente na experiência, podendo ser rompida em caso de frustração. E, efetivamente, o acompanhamento real da política mais afasta do que motiva as pessoas para a participação, com notícias de corrupção em massa, discursos demagógicos, projetos de lei inúteis, barganhas fisiológicas, etc (Norris, 1999).

Quem confia tem, em geral, uma atitude fundada no ceticismo metódico, ou seja, pode retirar a sua confiança a qualquer momento. O especialista estaria, assim, constantemente inclinado a reforçar o seu saber diante do leigo. Entretanto, como os partidos não vislumbram no horizonte próximo que seu monopólio da representação política institucional esteja ameaçado – afinal, eles mesmos produzem a legislação eleitoral – estamos diante de uma situação em que a credibilidade dos partidos políticos vem caindo constantemente, assim como o percentual de eleitores que se identifica com algum partido, sem que grandes transformações ocorram em nossa estrutura política.

Giddens aponta quatro reações de adaptação, ou absorção, realizadas pelos atores que interagem nesses cenários da modernidade reflexiva, classificadas como "consequências da modernidade": a aceitação pragmática, o otimismo sustentado, o pessimismo cínico (casos de experiências negativas, Giddens, 1991, p. 94) e o engajamento radical. O pessimismo cínico é a resposta que mais encontra ressonância nas pesquisas de opinião que mediram a credibilidade dos partidos políticos (Norris, 1999). É como se ninguém acreditasse que aquilo fosse um sistema perito digno de confiança, mas na prática funciona como um, mesmo sem a crença, graças ao monopólio da representação política institucional.

O afastamento dessas instituições políticas não significa um esgotamento da política em si, mas um esgotamento da capacidade de atração espontânea e voluntária que

os partidos exercem sobre a população. A disposição para a ação política ou a crença nos regimes políticos democráticos não se traduz necessariamente em vontade de criar partidos ou de ingressar nos já existentes.

As pessoas percebem que a política impacta suas vidas (de maneira negativa, até), mas não conseguem ver um sistema político que os deixe impactar a política. Não se pode confundir essa rejeição crítica com simples alienação, que seria mascarar o contexto e causas dessa crítica. É importante perceber esse recusa aos partidos políticos não só como uma demanda por uma eventual e pontual Reforma Política, mas uma demanda por novos canais de intermediação sociedade e Estado.

É curioso perceber que a instituição Estado-nação vem sendo fortemente questionada, sob este paradigma da “pós-modernidade”, do mundo “globalizado”, enquanto os partidos políticos sobrevivem mais impunemente às análises de conjuntura. Um colega de Giddens, Ulrich Beck, faz uma reflexão a esse respeito:

“Os cientistas sociais têm dificuldades com o conceito de morte (...) Qualquer um que exclua o conceito de “morte institucional” se esquece de que estamos lidando com isso em toda parte: instituições zumbis que têm estado clinicamente mortas durante um longo tempo, mas não são capazes de morrer. Como exemplo, poderíamos considerar os partidos de classe sem classe” (Beck, 1997, p. 54).

Esse diagnóstico poderia servir de base não só para que outros enfoques acadêmicos sejam dados à análise dos partidos políticos, mas também para que outras formas de fazer política, ou de se fazer presente na política, sejam também observadas com atenção e cuidado. A saída de determinados grupos sociais da atuação em partidos políticos não significa, de imediato, uma opção por não fazer política, mas apenas a opção de não fazer política de um modo específico. Por vezes, essa análise embute uma perspectiva que sobrevaloriza o partido político em detrimentos de outras organizações, a política institucional em detrimentos de outros espaços de articulação política e os políticos profissionais em detrimento de outros atores políticos.

4. Metodologia e Falas

Parte dos dados que resultaram nesta monografia foi tirada da pesquisa “juventude brasileira e democracia” do IBASE/POLIS, que teve como objetivo conhecer os limites e possibilidades de participação em atividades políticas, sociais e comunitárias dos (as) jovens (15 a 24 anos) de oito regiões metropolitanas do país. As regiões foram: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, totalizando uma amostra de 8000 jovens no Brasil, sendo 600 jovens no DF, entrevistados entre os meses de setembro e novembro de 2004.

A pesquisa foi constituída de dois métodos: pesquisa de opinião (quantitativa) e grupos de diálogo (qualitativa), baseado na metodologia *choice work dialogue methodology*²⁷. Na região metropolitana de Brasília, a pesquisa foi coordenada por Ozanira Ferreira da Costa, doutoranda do departamento de Serviço Social da UnB.

O questionário aplicado era formado por 46 questões que abordavam o perfil dos (as) jovens pesquisados (as): educação, situação familiar, trabalho, mídia e acesso à cultura, além de suas percepções e práticas no campo da participação e cultura política.

Os grupos de diálogo foram estruturados da seguinte maneira: dos que foram entrevistados previamente por meio de questionaram, havia o convite para que continuassem participando da pesquisa, que foram posteriormente contatados. Ocorreram cinco encontros em que alguns dos jovens entrevistados na primeira etapa puderam “dialogar” sobre os seus pontos de vistas dos temas em questão, com cerca de 90 jovens. Os pressupostos do roteiro metodológico eram de que “a opinião não é formada individualmente, mas na interação com informações recebidas e com outras pessoas” (IBASE, 2005).

O modelo de amostragem utilizado foi o de conglomerados, aplicado em duas etapas. A seleção dos conglomerados (setores censitários do IBGE) na primeira etapa foi realizada com probabilidade proporcional ao tamanho, em que a medida foi o número de jovens de 15 a 24 anos residentes nos setores. Na segunda etapa foram selecionados, dentro de cada setor censitário (selecionado na primeira etapa), dez jovens para serem

²⁷ Metodologia utilizada pelo Canadian Policy Research Networks (CPRN).

entrevistados (as). O modelo de amostragem deu a cada jovem das regiões metropolitanas e Distrito Federal igual probabilidade de ser selecionado (a) para a amostra 2.28

Perfil dos jovens entrevistados com questionários:

Tabela 2.1

Classe dos(as) jovens entrevistados(as) no DF (em %)					
UF	Classe A/B	Classe C	Classe D/E	Ns/No	Total
Distrito Federal	27,3	36,3	33,5	2,9	100

Fonte: IBASE/POLIS, 2005

Tabela 2.2

Identificação Racial dos(as) jovens entrevistados(as) no DF (em %)							
UF	Branca	Parda	Negra	Amarela	Indígena	Ns/No	Total
Distrito Federal	40	45,2	8,8	3,3	2,5	0,2	100

Fonte: IBASE/POLIS, 2005

Perfil dos entrevistados nos Grupos de Diálogo:

Na pesquisa realizada em Brasília, o Grupo de Diálogo teve o seguinte perfil: 90 jovens de 19 cidades ou Regiões Administrativas do Distrito Federal com predominância absoluta de jovens da Ceilândia (19), Santa Maria e Gama, com nove jovens, e Sobradinho e Plano Piloto, com oito jovens. No Plano Piloto, estão incluídos os jovens do Cruzeiro e do Lago Norte.

A maioria dos jovens entrevistados é da classe C, com 42 jovens, seguidos das classes D/E, com 29 jovens, e das Classes A/B, com 19 jovens. Todos freqüentam ou freqüentaram a escola: 21 têm o ensino fundamental (incompleto ou completo), 55, o ensino médio (incompleto ou completo) e 14, o ensino superior. De 90 jovens, 36 trabalhavam quando a pesquisa foi realizada.

²⁸ Os trechos das explicações metodológicas estão transcritos conforme explicados no relatório do IBASE.

As perguntas centrais dos Grupos de Diálogo questionavam²⁹:

1. Pensando na vida que você leva como jovem brasileiro (a), o que pode melhorar na educação, trabalho e nas atividades de cultura e lazer?
2. A partir das melhorias listadas, como vocês estariam dispostos (as) a participar para que elas se tornem realidade?
3. O que mais te preocupa no Brasil?
4. Que recado você daria para os governantes / políticos?

No momento de responder a pergunta dois, eram oferecidos três “tipos ideais” de participação elaborados previamente, que seguem com seu texto de apresentação:

Caminho Participativo 1: Eu me engajo e tenho uma bandeira de luta

“A participação política da juventude ocorre por meios que vão além do voto. Esse engajamento também se dá na atuação firme e direta em partidos políticos, organizações estudantis, conselhos, ONGs e movimentos sociais, ou seja, em instituições que organizam a sociedade e controlam a atuação dos governos.”

Caminho Participativo 2: Eu sou voluntário(a) e faço a diferença

“Jovens voluntários (as) ajudam a diminuir os problemas sociais. Realizam diferentes atividades tais como manutenção de escolas, recreação com crianças pobres e hospitalizadas, campanhas de doação de alimentos e diversas outras ações desse tipo.”

Caminho Participativo 3: Eu e meu grupo: nós damos o recado

“Os (As) jovens praticam e fortalecem o direito à livre organização. Eles (as) formam grupos culturais (esportivos, artísticos, musicais etc.), religiosos, de comunicação (jornal, página na Internet, fanzine etc.), entre outros, compartilhando idéias com outros (as) jovens.”

²⁹ As respostas às perguntas 1 e 2, embora sejam de grande riqueza, não serão exploradas neste trabalho.

O contra exemplo

O caminho 1 foi o que teve a menor adesão dentre os jovens brasileiros. Como ponto favorável, esta participação mais institucionalizada é vista pelos jovens como o caminho que leva diretamente ao governo. Destacaram a importância da participação política como a forma mais concreta de atingir seus objetivos.

Entretanto, os empecilhos para este tipo de ação política são vários: descrença nos políticos, vistos como incorretos; descrédito nos resultados das ações; compete com a necessidade de trabalhar e ganhar dinheiro. Os jovens também manifestaram a visão de que através dos movimentos políticos eles se tornam visíveis aos olhos da sociedade, embora grande parte não se veja nesse tipo de política, como se fosse algo muito distante de suas realidades.

Nesta avaliação, vale fazer uma relação com os dados da pesquisa quantitativa: para os jovens entrevistados, a maioria dos políticos não representa os interesses da população: 64,7% em nível nacional. No DF esse percentual atingiu mais de 80%.

Os escândalos políticos e financeiros que pautaram o noticiário político nos últimos anos fortaleceram a perda de confiança dos cidadãos de modo geral, e não apenas jovens, em relação à classe política. Há certa sensação de nojo ao se referir a políticos profissionais. A pesquisa quantitativa aponta que 65,6% - no DF o percentual cai para 59% - procuram se informar sobre política; 24,7% (no DF 33,7%) não procuram se informar. O fato de a juventude do DF ter a menor taxa de busca por informações do noticiário político, embora seja a que tenha mais condições de fazê-lo, é especialmente instigante. Pode significar tanto alienação, como indicar que mesmo sem buscar informações nos jornais, eles já dispõem de outros meios para receber as notícias, ou pode mesmo ser uma decisão, baseada num cansaço e overdose de notícias negativas.

Essa perda generalizada de credibilidade estabelece um tipo de ruptura dos laços que poderiam unir os jovens ao mundo político. Cada vez mais, o campo político é percebido como um mundo “paralelo”, muitas vezes incompreensível, tornando difícil para os e as jovens se identificarem e se situarem neste campo. Mesmo quando essa resistência à política profissional é visível à classe política, ainda não se vislumbram soluções, como aponta Helena Abramo:

“A maior parte dos atores políticos queixa-se da distância que os jovens têm demonstrado para com as suas proposições, bandeiras e formas de atuação, o que reflete, em primeiro plano, uma preocupação com a renovação de quadros no interior dessas organizações, mais do que em tratar e incorporar temas levantados pelos próprios jovens” (Abramo, 1997, p. 27).

Dentro do Grupo de Diálogo, houve falas que argumentavam que o caminho da política institucional era efetivamente o caminho mais adequado para que se reivindicasse direitos sociais, mas os jovens não conseguiam se perceber no fazer política da maneira como é feita nas instâncias institucionais de deliberação.

“O descrédito na classe política e no sistema políticos foi outro ponto alto, deixando um clima de pessimismo diante das temáticas trabalhadas, sob o argumento de que [os jovens] não são ouvidos ou que governantes não cumprem suas promessas” (Costa, 2005, p. 19).

O caminho 2 foi visto nos Grupos de Diálogo do DF como o melhor caminho para a realização do trabalho comunitário. Este caminho é visto como o da “ação voluntária/comunitária”, entendida pelos jovens como fruto de uma ação coletiva.

A favor desta alternativa, é que esse caminho é mais rápido porque se pode agir por conta própria já que “o governo demora muito para resolver os problemas”. Como obstáculos à participação, foram apontados que a experiência neste tipo de ação é um trabalho e ocupação, mas não tem as características necessárias para ser vista e valorizada profissionalmente, não poderia ser apresentada no currículo profissional, além de ser pouco eficiente para mudar a realidade de maneira estrutural.

O caminho 3 é visto como o da cultura. As vantagens de participar deste tipo de ação é que nela está uma oportunidade concreta de expressar suas idéias democraticamente. Para os jovens do DF, como aspecto positivo é que esse caminho privilegia o trabalho em grupo desde o início. Pesam contra os fatos de que ações culturais não possuem força política, o governo não dá crédito a essas ações e as atividades afastam o jovem da escola, por serem muito mais atraente, reforçando a idéia de que a escola é uma obrigação maçante de ser cumprida. É o que tem maior aceitação no Distrito Federal. O caminho 3 foi percebido como a forma mais genuína de organização da juventude, ainda que relacionado quase que estritamente a atividades de lazer. Outro aspecto valorizado nesse caminho foi a ação em grupos, que são vistos como possibilidades de formação e de conquista de

visibilidade. Houve a percepção constante de que nenhuma forma de participação isolada daria conta de transformar a realidade.

“(...) o que acontece, você sendo voluntariado, você querendo sair no Caminho 2, por exemplo, você vai acabar no 3 de todo o jeito, porque a maioria das pessoas, elas saem e vão para um lugar e falam: “eu vou ser voluntário”, mas chegam lá, elas saem com intuito de serem voluntárias sozinhas, mas ela chega lá e encontra um grupo, ela acaba participando daquele grupo, vocês estão me entendendo? Aí o que acontece? Ninguém faz nada sozinho. Nós optamos, justamente por causa disso, a junção do caminho 2 com o 3; o caminho 2 porque, na verdade, todo mundo sai sozinho na vontade de ser voluntariado, e acaba chegando lá” – jovem do Distrito Federal (IBASE/PÓLIS, 2005, p. 56).

No Grupo de Diálogo foi perguntado: Que recado você mandaria para as pessoas que tomam decisão em nosso país? As principais respostas dos jovens do DF foram:

- Governantes mais responsáveis
- Atenção aos jovens
- Combate à fome e pobreza
- Investimento em educação
- O fim da corrupção e
- Renovação das formas de fazer política

De acordo com o Relatório Final do IBASE/PÓLIS, o resultado do GD do DF teve grande diferenciação dos demais também nesse item:

“Os (as) jovens demonstraram um profundo descrédito nos (as) políticos (as), manifestando um tom de indignação e de protesto em relação ao desempenho dos (as) governantes, que deveriam “sair dos gabinetes e vivenciar os problemas da população”. Houve nítida concentração no Distrito Federal dos recados voltados para a cobrança de responsabilidades, posturas éticas, honestidade, dignidade, consciência, respeito ao povo brasileiro e não-corrupção dos (as) governantes, dentre outros recados semelhantes. Considerando-se a centralidade dos poderes políticos na capital federal, é compreensível que ela tenha concentrado as críticas relacionadas com a pouca credibilidade nos (as) políticos (as) e a necessidade de renovação dos (as) governantes e das formas de fazer política. Parece existir uma relação entre esses recados e a construção de um imaginário coletivo da sociedade brasileira, forjada no bojo de uma história das instituições políticas que passam por reincidentes casos de corrupção, práticas clientelistas e nepotismo.” (IBASE/PÓLIS, 2005, pp. 65-6).

Esta observação reflete também o resultado da sistematização de temas abordados livremente dentro dos grupos, onde assuntos ligados a política também tiveram uma presença mais forte no DF que em outras regiões metropolitanas:

Tabela 2.3

O que preocupa os(as) jovens no Brasil segundo temas e ordem de incidência por região

Temas/questions mais recorrentes nos Grupos de Diálogo	Classificação da incidência nas RM e no DF							
	Belém	Belo Horizonte	DF	Porto Alegre	Recife	Rio de Janeiro	São Paulo	Salvador
Violência / Falta de Segurança / Criminalidade	2	1	2	1	1	1	2	1
Trabalho/ Emprego / Desemprego / Falta de oportunidade / 1º Emprego	3	2	1	1	3	2	1	2
Educação	4	4	3	2	2	3	3	4
Miséria / Pobreza / Fome / Desigualdade / Má distribuição de renda	1	3	5	3	4	4	4	3
Saúde	/	/	/	4	/	4	/	/
Discriminação / Racismo / Preconceito	5	/	/	/	/	/	/	/
Política / Corrupção / Descaso do Governo com jovens / Falta de consciência dos governantes	/	5	4	/	/	/	5	5
Drogas	/	/	/	5	5	/	/	/
Situação do povo	/	/	/	5	/	/	/	/

Fonte: IBASE/POLIS, 2005

5. Considerações Finais

Alguns dos indícios reunidos neste trabalho sugerem que não é a falta de informação que afasta os jovens da política no caso do Distrito Federal. Ao contrário, justamente o conhecimento das atuais práticas políticas que traz uma rejeição “consciente” da política institucional. Com frequência, são noticiadas pesquisas que mostram que uma grande maioria da população, qualquer que seja a faixa etária, não confia nos partidos políticos, na Câmara dos Deputados, no Senado Federal ou nas lideranças políticas em si. Antes de culpar as pessoas por um ceticismo exagerado, é necessário perguntar por que essa confiança vem se desfazendo. Esse texto cumpre sua missão se conseguir inverter a lógica de interpretação. Talvez, o dado a ser estranhado nessas pesquisas seja os remanescentes que ainda afirmam confiar muito nessas instituições e em seus membros.

Na sociedade brasileira como um todo, e em outros países de regime democrático, há uma clara percepção popular de que as instituições democráticas não conseguiram viabilizar os ideais prometidos, seja uma menor desigualdade social, seja o acesso popular a instâncias governamentais de decisão (Norris, 1999).

É interessante perceber que, no caso, o fenômeno da rejeição à política institucional ocorre intensamente com os jovens, pois estão ingressando agora como sujeitos na sociedade, ou seja, chegam estranhando um campo que parece muito longe, paralelo, que não lhes diz respeito. Há uma recusa à transmissão de certa herança social, de um sistema que visivelmente não vem sabido ligar com a relação entre a população e seus representantes políticos.

Também em Brasília, chegou-se a montar um grupo de pessoas que se reúne para defender o fechamento da Câmara Legislativa, afirmando que essa estrutura se tornou onerosa e desnecessária para a cidade. Os altos índices educacionais, acesso à informação e proximidade com a política é que possibilitam a crítica e rejeição dessa forma de se fazer política, destes políticos e da maneira como estão estruturadas as atuais instituições políticas.

Em relação especificamente a como esse fenômeno é interpretado, quando o segmento em análise é a juventude, é interessante a observação de Helena Abramo:

“Houve sempre certa ressalva em relação à eficácia de suas ações [de jovens]: para os setores conservadores, a suspeita de baderna e radicalismo transgressor, para alguns setores da esquerda, a suspeita de alienação ou de radicalidade pequeno-burguesa inconsequente” (Abramo, 1997, p. 27).

Os dois enfoques mencionados na introdução desta monografia, que constroem “tipos ideais” de jovens de acordo com suas visões de mundo, voltam a influenciar a análise que se faz do comportamento político dos jovens reais. O fenômeno do baixo alistamento eleitoral é visto como “culpa” e “traição” por analistas externos que almejam ver na juventude uma vanguarda engajada na promoção de uma nova era, enquanto outros vêem negativamente o esvaziamento dos partidos políticos e simultaneamente o surgimento expressivo de pequenas organizações políticas, menos hierarquizadas e com possibilidade de maior autonomia de ação para seus membros.

A única exceção nessa análise é, na verdade, a mais negativa. O fenômeno da não-participação eleitoral só não é um problema na visão dos elitistas democráticos, na medida em que a participação, de maneira geral, é dispensável. Huntington, com sua preocupação com a manutenção da ordem, escreveu que “O funcionamento eficaz de um sistema democrático requer, em geral, um nível de apatia e de não-participação por parte de determinadas pessoas e grupos”, em sua percepção de que pessoas participativas são um risco maior para os sistemas políticos que pessoas apáticas, pois geram demandas sociais e tencionam seus líderes e governantes.

Entretanto, a idéia de que a apatia eleitoral na verdade represente a conformação e satisfação com os sistemas políticos em vigor é frequentemente questionada dentro da teoria política:

“Mobilização extra-eleitoral e apatia são respostas diferentes – a primeira indica a esperança de mudança, enquanto a segunda revela ceticismo –, mas ambas se opõem à adesão confiante no sistema político que o bom funcionamento da representação deveria disseminar” (Miguel, 2005, p. 32).

Os jovens pesquisados não se sentem parte da política institucional, o que não significa, de modo algum, que não sejam interessados por política. Há outra visão da política em jogo: a da política do cotidiano, de pequenas organizações, de grupos informais, especialmente ligados à área cultural. Esse dado indica uma descrença muito forte nos políticos profissionais, e uma busca de outros espaços para se acreditar no agir político. O

voto deixou de ser percebido como esse espaço. É simbólico que esse recado venha da primeira geração democrata da nova república, da juventude de Brasília, da capital política do país.

6. BIBLIOGRAFIA:

Abramo, Helena. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta. 1994.

_____, Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, nº 5/6, Juventude e Contemporaneidade. p. 25-36, 1997.

_____; VENTURI, Gustavo. Juventude, política e cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. *Revista Teoria e Debate*, nº 45. 2000.

_____; BRANCO, Pedro Paulo M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

Abramovay, Miriam; Rua, Maria das Graças; Waiselfisz, Julio Jacobo & Andrade, Carla. *Gangues, galeras, chegados e rappers*. Rio de Janeiro: Garamond. 1999.

Althusser, Louis. (1965), *A favor de Marx*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

Bachelard, Gaston - *O ar e os sonhos - Ensaio sobre a imaginação do movimento*, Martins Fontes, SP, 1990.

Behr, Nicolas. *Braxília revisitada*. Brasília: LGE. 2005.

Bezerra, Marco Otávio. *Em Nome das Bases: Política, Favor e Dependência Pessoal*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará. 1999.

Bourdieu, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero. 1983

Cardoso, Irene. A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 17, n. 2, 2005.

Castoriadis, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. São Paulo, Paz e Terra. 1986.

Carvalho, José Murilo de. *A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

_____, *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

Costa, Ozanira. Relatório Regional do DF. In: IBASE/PÓLIS. *Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas - relatório final*. Rio de Janeiro. 2005.

Cotta, Maurizio. Representação Política. In *Curso de introdução à Ciência Política*. UnB. 1984.

Downs, Antony. *An economic Theory of Democracy*. Nova Iorque: Harper Collins Publishers. 1957.

Durand, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Foracchi, Marialice. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1965.

_____, *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo, Livraria Pioneira. 1972.

Fromm, Erich. (1961), *Conceito marxista do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

Giddens, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

_____; *A transformação da intimidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994

_____; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997.

Goffman, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes. 1975.

Gropp, Luis Antônio. A condição juvenil e as “tradições ocultas” da juventude. Paper apresentado no 30º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu. 2006.

Hungtinton, Samuel. *The Crisis of Democracy*, Ed. New York University Press, Nova York, 1975.

IBASE/PÓLIS. *Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas - relatório final*. Rio de Janeiro. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa nacional de amostra por domicílios*, 2005. Rio de Janeiro: IBGE. 2006.

INESC. Alexandre Ciconello (org). *Relatório do Seminário: Novas estratégias para ampliar a democracia e a participação*. 2006.

Lipset, Seymour. *El hombre político: las bases sociales de la política*. Madrid: Tecnos. 1987.

Malamud, Andrés; “Los partidos políticos”, en Julio Pinto (comp.): *Introducción a la Ciencia Política*, EUDEBA, Buenos Aires: 2002

Manin, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Número 29, 1995.

Mannheim, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: *Sociologia da Juventude*, I. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

_____, O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice Mencarini (org.) *Karl Mannheim: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.

- Mello, Evaldo Cabral de. Rubro Veio. *O imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro, Topbooks. 1997.
- Melucci, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: *Revista Brasileira de Educação- ANPED – Juventude e Contemporaneidade*. n. 5 e 6 , 1997, pp. 5-14
- Meneguello, Rachel. *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1998)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998
- Michels, Robert. Sociologia dos Partidos Políticos. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. *Coleção Pensamento Político*, nº 53. Sexta Parte, cap. 1, 1982.
- Miguel, Luis Felipe. “Liberdade ou felicidade? A auto-realização humana em Marx, Gorz e Elster”. *Filosofia Política*, Porto Alegre. Nº 4. p. 176-210. 1999.
- _____. “Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política”. *Revista de Sociologia e Política*, nº 25. Curitiba, pp. 25-38. 2005.
- Miller, J. A. *Percurso de Lacan: Uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1987.
- Müller, Elaine. Novas juventudes, velhos conceitos. Considerações sobre a noção de cultura juvenil. Paper apresentado no *VII Encontro de Ciências Sociais do CFCH/UFPE*. Recife. 2004.
- Müxel, Anne. Jovens dos anos 90: à procura de uma política sem “rótulos”. in *Revista Brasileira de Educação*, no 5 e 6. São Paulo: Anped, p. 151-166. 1997.
- Norris, Pippa. *Critical citizens: Global support for democratic government*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- Nicolau, Jairo. *Multipartidarismo e Democracia: Um Estudo Sobre O Sistema Partidário Brasileiro (1985-94)*. Rio de Janeiro, FGV. 1996.
- Nunes, Brasilmar F. *Brasília, a fantasia corporificada*. Brasília, Paralelo 15. 2004
- American Political Science Association. (2004). American democracy in an age of rising inequality. APSA.
- Avritzer, L. (2002). Democracy and Public Space in Latin America. Princeton University Press.
- Bourdieu, P. (1983). Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- Dagnino, E. (2002). Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra.

- Font, J., & Virós, R. (1995). Electoral abstention in Europe. Barcelona: Institut de Ciències Polítiques i Socials.
- Giddens, A. (1994). A transformação da intimidade. São Paulo: UNESP.
- Giddens, A. (1991). As conseqüências da modernidade. São Paulo: UNESP.
- Giddens, A., Beck, U., & Lash, S. (1997). Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp.
- INESC, I. d. (2006). Relatório do Seminário: Novas estratégias para ampliar a democracia e a participação. Brasília: Alexandre Ciconello.
- Leite, M. (2006, 09 17). Voto nulo e antiinflamatório. Caderno Mais - Folha de São Paulo .
- Malamud, A. (2002). Partidos Políticos. Instituto Universitario Europeo: Florença.
- Manin, B. (1995, out). As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* , 29, pp. 5-34.
- Meneguello, R. (1998). Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1998). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Michels, R. (1982). Sociologia dos Partidos Políticos. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Nicolau, J. (1966). Multipartidarismo e Democracia: Um Estudo Sobre O Sistema Partidário Brasileiro (1985-94). Rio de Janeiro: FGV.
- Norris, P. (1999). Critical citizens: Global support for democratic government. Oxford: Oxford University Press.
- Phillips, A. (2001). De uma política de ideias e uma política de presena? *Estudos Feministas* , 9, pp. 268-290.
- Ramos, P. N. (2001). Alheamento Decisório Eleitoral: o significado de votos em branco, votos nulos e abstenções eleitorais para democracias representativas contemporâneas. *Monografia apresentada no Instituto de Ciência Política da UnB*.
- Sarti, I. (1996) A utopia de Michels e a democracia partidária em perspectiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, SP, v. 30, n. 11, pp. 129-37.
- Sartori, G. (1994) *A teoria da democracia revisitada*, vol. 1. S. Paulo: Ática.
- Schumpeter, J. (1984). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Schwartzman, S. (1961). *Para um conceito sociológico de alienação política*. Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG.

Sève, Lucien. (1974), *Análises marxistas da alienação*. Lisboa: Estampa.

Waiselfisz, J. J. (2004) *Relatório de desenvolvimento juvenil 2003*. Brasília: UNESCO.

Weber, M. (2002a) Ciência e política. Duas vocações. In M. Weber, *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC. 2002a

_____. (2002b) Classe, Estamento e Partido. In M. Weber, *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC.

Wolff, Robert P. (1968), *A miséria do liberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Sites consultados:

www.camara.gov.br

www.diap.org.br

www.ipeadata.gov.br

www.muninet.org.br

www.scielo.org

www.senado.gov.br

www.tse.gov.br

www.unesco.org.br

www.wikipedia.org.br